

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Alexis Milonopoulos

MÁQUINA CRACK

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2014

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Alexis Milonopoulos

MÁQUINA CRACK

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Silvana M. C. Tótora

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

Resumo

A partir de uma escritura cartográfica, *Máquina Crack* mostra jogos de poder e forças em luta no campo da cracolândia, evidenciando não só batalhas, engrenagens e arranjos específicos situados em redes de lugares estratégicos, mas também deslocamentos, sinuosidades, transversais, rastros, sulcos e limiares que atravessam toda a questão da cracolândia e que colocam a nossa política em questão. Ao mostrar a profusão de ações inócuas na área, trata esta questão indo além das discussões acerca de processos de higienização e do fenômeno da especulação imobiliária, evidenciando uma outra dimensão do Estado e da política e demonstrando toda uma *máquina* que vive da exclusão, da especulação, da imolação e da segurança e que cada vez mais potencializa lucrativos negócios que vão da guerra às drogas ao humanitarismo. Em um outro movimento, expõe a problemática da gestão de populações irrecuperáveis, extrapolando o espaço da cracolândia e a discussão em torno do crack e problematizando a questão da gestão estratégica de populações, mais precisamente da contenção e do controle de populações indesejáveis por meio de tecnologias que propiciam a *administração* e a *gestão* de *riscos*. Mostra também como estas populações ingovernáveis têm sido, juntamente com a formação de um novo mercado de drogas, o principal efeito das políticas de austeridade que tem tomado o globo, colocando em xeque nosso modelo de sociedade e nossa racionalidade política, relacionada ao modo com que o poder esforçou-se para gerir populações desde o aparecimento do biopoder. Dando um passo para além de uma análise estritamente biopolítica, reinscreve o *fazer morrer* e o *deixar morrer* no marco das tecnologias de poder, evidenciando como a morte tornou-se um mecanismo *normal* de governo, inserido-se em um projeto político-militar de guerra às drogas e sendo uma estratégia privilegiada que permite a criação de uma tensão singular entre *fazer viver*, *fazer morrer* e *deixar morrer*.

Palavras-chave: cracolândia; tanatopolítica; biopolítica; extermínio; novas drogas.

Abstract

Based on a cartographic writing, *Crack Machine* shows the games of power and the struggling forces within the *cracolândia* field, pointing out not only the battles, the gears and specific arrangements placed on networks of strategic places, but also dislocations, sinuosity, transversals, tracks, ruts and thresholds that cross the whole *cracolândia* issue and question our politics. By showing the profusion of useless actions in that area this dissertation treats this matter reaching beyond the discussions about hygienization process and the real estate speculation, pointing out another dimension of the State and the politics and demonstrating a *machine* that lives off exclusion, speculation, immolation, safety and potentializing more and more lucrative businesses that go from wars against drugs to humanitarianism. In another movement, it exposes the matter of irrecoverable population management, extrapolating the *cracolândia* space and the discussion about crack cocaine and the control of the undesirable population through technologies that provide *administration* and *risk management*. It also shows how these ungovernable populations have been, also with the formation of a new drug market, the main effect of the austerity politics that have taken the globe, questioning our model of society and our political rationality related to the way power has struggled to manage populations since the appearance of the biopower. Taking a step forward from a strictly biopolitical analysis, rewriting the *to make die* and *to let die* in the mark of power technologies, pointing out how death became a *normal* governmental mechanism, inserted in a military-political project of war on drugs and being a privileged strategy that allows the creation of a tension between *to make live*, *to make die* and *to let die*.

Keywords: cracolândia; tanatopolitic; biopolitic; extermination; new drugs.

Agradecimentos

A quem isso interessou.

A quem isso interessa.

A quem isso interessar.

À Comissão de Bolsas e ao CNPq pela bolsa concedida.

Sumário

afetos	09
deslocamentos	12
sinuosidades	26
transversais	53
rastros	63
sulcos	77
limiares	86
vãos	97
contágios	103

O mundo, redarguiu o canário com certo ar de professor, o mundo é uma loja de belchior, com uma pequena gaiola de taquara quadrilonga pendente de um prego; o canário é senhor da gaiola que habita e da loja que o cerca. Fora daí, tudo é ilusão e mentira.

Machado de Assis

Afetos

Quem é da cracolândia provavelmente não sabe que Helvécia é um Estado, mas sabe muito bem pra que o Estado e a polícia se prestam. Quem é da cracolândia sabe que pra infame não tem essa de bala perdida, não. Sabe também que no Brasil não tem pena de morte, mas tem pena de vida.

Sabe que luzinha piscando não é nem árvore de Natal, nem vagalume. E sabe que não existe cassetete de ponta brilhante, algema aveludada, casco de cavalo macio, sirene que parece música e passeio em carro de *loira*.

Sabe que se estalou só pode ser gatilho, isqueiro ou pedra. Se der sorte é fogo e, se der mais sorte ainda, não vai parar no meio da fogueira. Mas não é porque tem fogueira que tá tudo claro, que tá tudo explanado e que dá pra olhar pra todo lado.

Só sabe que olhar pra cima é mais difícil. E não é só porque dói, não. É porque se olhar pra cima - quem sabe do *procedimento*, manja - só pode virar cascudo. Ou olha reto, ou olha pra baixo.

Se olhar pra baixo, *truta*, se olhar pra baixo vai achar de tudo, até cascudo. Mas o cascudo de quem olha pra baixo é diferente. O cascudo pra baixo é as *barata*, que *tão* pra todo lado junto com as *ratazana*, correndo no meio dos *cachimbo* e das *lata*.

Dentro das *lata* inclusive é só vazio. Na real quase tudo é vazio: estômago vazio, cabeça vazia, embalagem vazia. Fora isso é só saco: saco de lixo, saco de entulho, saco de ossos.

Mas quem procura acha. Se olhar direito tem pó branco, pó preto, pó ocre. Se amarelar, borra, e isso aqui não é de brincadeira. E se quiser brincadeira, acha até criança com *velotrol* e bicho de pelúcia.

Só que criança da pesada já quer é ser *avião*. Moleque que é treta mesmo passa voando a noite inteira, de cabo a rabo nas *quebrada* olhando o movimento. E muita

gente ali é das *quebrada* mesmo. Os *mano* inclusive são *parceiro*, é só não pisar no pé de ninguém porque senão acorda com a boca cheia de formiga.

Quem é da *cracolândia* sabe bem de vida de formiga. Dormir no formigueiro é moleza, ruim é de acordar, porque igual pra formiga, ali água é um problema sério: vem de pipa, vem de esguicho e vem de balde, sempre gelada.

Mas *ih* rapaz, a hora que deita já era! Se *deitou* ou é porque mereceu - e aí é de vez, pra sempre, sem cova nem certidão - ou é porque o bicho pegou. Agora, se deitou pra descansar, opa, aí vai ver até estrela.

Inclusive estrela é o que tem pra todo mundo ali, exceto pra quem tem teto. Porque quem não tem, *mano*, lona é teto, geladeira é teto, carroça é teto. Até janela vira teto, mesmo quando a casa tá fechada.

Agora, se foi pro *buraco*, aí é treta, porque *pr'ali* só vai quem espirrou ou foi *espirrado*. Se espirrou é até lucro, porque das duas uma, ou é gripe, ou é resfriado. Se o *benê* não resolveu, embaçou... É pneumonia, tétano, tuberculose ou necrose.

Bom, então o peito tá bom? *Oxi*, o problema é de amor então. Aí *espanou*, é culpa da sida ou da sífilis. Mas não *pipoca*, não, porque ali o papo é sempre reto. Vai na fé, dá um salve nos *dotô* e ninguém bota pânico não que eles são *firmeza*.

Aliás, de firmeza ali só tem eles. Parede, casa, prédio e edifício é tudo frouxo. O que não virou escombro é só bater que vira. De nobre lá só sobrou a terra, porque o resto ou tá detonado, ou tá condenado. Até canteiro vira abrigo.

Tem dia que parece até praia: tem guarda chuva, sombrinha, guarda sol e teto improvisado. Além disso *parceiro*, *papo reto*, teto ali não é de vidro, não, do mesmo jeito que lona não é pra cobrir corpo e carrinho não é pra fazer compra.

Inclusive, se tem um negócio que circula ali não é carrinho, é carrão. E os *bicho* são barulhento, mais que carroção de gari, mais que helicóptero de polícia e mais que reportagem de tv. Só que isso não é *fita* não.

A prefeitura aliás desistiu das fitas, agora só empareda. Porque quem é da cracolândia sabe, aquele pedaço ali tem estilo. Tem gente até que fala que tem aquele cortiço que é neoclássico, que *morava* os estrangeiros *bacanudo* e tudo o mais.

Mas quer saber quem come melhor que eles? As escavadeiras do prefeito. Ah, mas essas tão bem. Se você olhar reto, *bicho*, a vista vai quase embora. Só a gente que fica, *boy*: *preto*, mulato, pobre, imigrante, analfabeto e desempregado, velho ou novo, não importa.

Vez ou outra aparece um novato, mas em pouco tempo ele já tá no *movimento*, com barba, com fome, com tremedeira e com a pupila dilatada.

E se tem uma coisa que você não quer que dilate ali é o nariz. O cheiro é *osso*, *truta*. Independente de onde você olhar, o cheiro tá ali. E, *mano*, se tem alguém *responsa* naquele pedaço é o cheiro. Tem mais *mistura* que a sala da orquestra: bolor, merda, pedra, lodo, mijo, mofo, ferrugem, fumaça, chorume, lixo podre, sangue, suor e lágrimas.

Não perdoa ninguém. Arde e ainda empesteia tudo. Que nem a cracolândia.

Porque é isso, o dinheiro circula, mas só a cracolândia

a

n

d

a

.

Deslocamentos

Quem por aqui vive ou quem por aqui anda, percebe e sabe que o bairro da Luz é um espaço de grandes contrastes. Ao longo de sua história foi o território da vida boêmia ligada ao luxo dos cinemas e dos teatros.

Entre os anos de 1930 e 1970 foi o quartel general da pornô-chanchada e do cinema marginal, o reduto de diversas distribuidoras, fábricas de equipamentos especializados, serviços de manutenção técnica e empresas do ramo cinematográfico.

Já nas décadas de 1990 e 2000 passou a ser ocupado por diversos espaços culturais como a Sala São Paulo, a Pinacoteca e a Estação Pinacoteca, o Memorial da Resistência, o Museu da Língua Portuguesa, o Museu de Arte Sacra, o Museu da Polícia Militar, a Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim, além da Oficina Cultural Oswald de Andrade, da Academia Paulista de Letras e do Mercado Municipal de São Paulo, seus vizinhos próximos.

Simultaneamente também foi - e é - o espaço do comércio informal da Santa Ifigênia e Gusmões, do comércio de calçada, rua, ponte e viaduto, além do cracódromo, dos trens de subúrbio, dos cinemas pornôs e dos prostíbulos.

Em *Política e Extermínio: sob(re) a Luz*¹, situei o bairro como espaço dos infames e dos indesejáveis, daqueles considerados o lixo humano da cidade de São Paulo, combatendo um discurso construído na virada do século XIX para o século XX que colocava - e coloca - o bairro da Luz como cartão postal, como prova da magnitude e exuberância da São Paulo em desenvolvimento, seja do fim do século XIX, seja do início do século XX.

¹ Pesquisa de Iniciação Científica realizada sob orientação do prof. dr. Edson Passetti, aprovada e premiada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, subsidiada pelo PIBIC-CEPE e desenvolvida no período de março de 2010 a fevereiro de 2011.

Em seu espaço aconteceram - como ainda acontecem – lutas e enfrentamentos e isto não deve ser renegado ou ignorado, o que seria o efeito esperado de um discurso do poder que enobrece o passado do bairro, um discurso que se desenvolve na dimensão e em função da soberania do Estado e que marginaliza(ria) essa história dos infames e desqualificados que habitaram – e habitam – a Luz.

Ainda me interessa a paisagem social dos indesejáveis, os baixos começos da região, suas zonas cinzas e escuras: as pensões alegres e as prostitutas, os cortiços e o tráfico de drogas.

Retomo aqui parte da reconstrução e da discussão realizada em *Política e Extermínio*, pois creio ser importante recontar, reafirmar e reforçar essa história não convencional do bairro para, assim, poder problematizar as recentes ações na cracolândia.

Convém fazer um recorte histórico pelo fato de que foi a partir da metade do século XIX, mais especificamente após 1865, que a ocupação e o crescimento do bairro da Luz intensificaram-se, em grande parte pelas construções da Estação da Luz - à época, um casebre muito diferente da edificação que conhecemos atualmente - e da ferrovia Santos-Jundiaí.

Até então o bairro era pouco urbanizado, contando com poucas ruas, lotes e construções. Encontravam-se por lá chácaras e moradias simples, com exceção do Mosteiro da Luz, do Jardim Público e também da Casa de Correção, principal presídio da cidade e procedência do trânsito dos indesejáveis pelo pedaço.

Foi com a dinamização da economia promovida em grande parte pela expansão da cafeicultura e pela consequente implantação da rede ferroviária que o bairro passou a urbanizar-se e desenvolver-se em ritmo acelerado.

Enquanto novos habitantes chegavam, chácaras foram loteadas, consolidou-se o arruamento, ocuparam-se as várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, promovendo o aparecimento de um comércio diversificado, bem como de serviços ligados à estação, tais quais hotéis, bares e pequenos restaurantes.

Neste contexto do processo de modernização, de crescimento econômico, de explosão demográfica e de desterritorialização das subjetividades, os *territórios do desejo* foram impulsionados e alargados. Como mostrou Margareth Rago (2008), delineou-se uma *geografia do prazer*, um território dos vícios urbanos modernos onde afloraram e fervilharam pensões-alegres, cafés-concerto com shows de *strip-tease*, cabarés e bordéis.

No entanto, ao mesmo tempo ocorreu no bairro da Luz um processo de encortimento, que o tornou abrigo e morada de trabalhadores, imigrantes, prostitutas e pessoas de baixa renda em geral que não possuíam - e não possuem - *condições* de habitar ou trabalhar nos bairros mais *nobres* da capital.

Eis que botequins e prostíbulos, espaços de lazer das classes populares, passaram a dividir - como ainda dividem - a Luz, opondo-se aos salões tidos como *cultos e sofisticados*, frequentados pela elite *chic* e pelos setores mais abastados da sociedade.

Vale lembrar que prostituição, drogas e modernidade eram intimamente associadas por diferentes setores sociais, de operários à “coronéis”, intelectuais, advogados, artistas e boêmios, o que favoreceu e expandiu não só um mercado de oferta e consumo de *vícios elegantes* (Carneiro, 1993), mas também “toda uma rede subterrânea de sociabilidade que se constituía em torno da prostituição, dos bordéis, dos cabarés, das pensões, dos teatros, dos restaurantes, e que possibilitava a emergência de múltiplas formas de manifestação cultural” (Rago, 2008: 111).

Muitos procuravam tal rede não só para usufruírem de bebidas, drogas e mulheres, mas para encontrar amigos e conhecidos, para fazer contatos, para discutir política, negócios e até mesmo para escrever e compor.

Porém, contra todo esse movimento no assim chamado “submundo”, havia os discursos das autoridades públicas que bradavam contra a prostituição, o lenocínio, o aumento da criminalidade, a vagabundagem, o jogo, as drogas, a mendicância e a invasão dos imigrantes.

A Luz foi se cristalizando como cancha dos dejetos humanos à medida que passou a ser necessário distinguir ricos de pobres, “honestas” de prostitutas, trabalhadores de vagabundos (Rago, 1985). O já conhecido espaço dos cabarés e do consumo de drogas – comercializadas e difundidas neles – se tornou depósito dos errantes, dos resíduos, dos indesejáveis da cidade.

Contudo, não era - como não é - interessante para os homens, principalmente os mais influentes e os com poder político, que esse território fosse eliminado. A ponto de, a partir de 1940, ser desenvolvida uma política de confinamento que segregou geograficamente a prostituição, especialmente a baixa prostituição, no bairro do Bom Retiro e em ruas como Timbiras e Aimorés.

Apenas em 1954, durante o governo de Lucas Garcez, aconteceu o desconfinamento da zona do meretrício por meio de um decreto governamental que pôs fim às suas atividades.

Todavia, como bem disse Hiroito de Moraes Joanides² (2003) - popularmente conhecido como "rei" da Boca do Lixo - fechou-se a zona, mas não se fechou as pernas daquelas mulheres que não tinham outra possibilidade além a de se prostituírem.

² Hiroito (1948-1992) escreveu uma espécie de autobiografia romanceada que mais do que narrar sua trajetória pelo Quadrilátero do Pecado – lugar que se tornou seu refúgio após ser acusado de parricídio –, oferece um panorama da vida e do funcionamento daquele lugar que era, conforme convencionou-se chamar na época, o “submundo” de São Paulo. Ou, como diz o

Meretrizes foram então enxotadas do Bom Retiro e mudaram-se para diversas áreas da cidade, principalmente para os arrabaldes das estações da Luz e Sorocabana, onde ou vagavam pela rua, ou concentravam-se em esquinas exercendo o *trottoir*, ou faziam - e fazem - dos pequenos hotéis e casas-cômodo seus quartos de curta permanência ou seus prostíbulos disfarçados.

À época, aumentaram a oferta e a procura, de modo que a área logo se definiu como novo espaço da prostituição e da venda de drogas em São Paulo, o que fez com que famílias que lá moravam mudassem para outras regiões da cidade, transformando ruas como Santa Ifigênia, dos Andradas, dos Gusmões, Vitória e Protestantes - além de outras, claro - em espaços privilegiados das prostitutas e daqueles que são categorizados como “drogados”.

É precisamente neste momento que surgiu o Quadrilátero do Pecado - ou Boca do Lixo -, que com sua gênese trouxe uma novidade importante: o fechamento das portas do território do tráfico e da prostituição para aqueles que não eram *nativos* ou bem quistos na área.

Não sendo mais aberto para todo o público, industriais, fazendeiros, funcionários públicos, profissionais liberais, artistas, intelectuais e companhia limitada passaram a não mais frequentar a região como outrora - exceto um ou outro, claro -, de modo que “prostitutas e marginais constituíam a totalidade das pessoas com as quais se relacionava. (...) A traficância era feita em quatinhos de sórdidos hotéis, ou nas esquinas escuras do baixo-mundo ou nos bares – antros privativos dos degradados, em clima de mistério” (Joanides, 2003: 99).

autor, o “livro é muito mais uma radiografia-histórica da Boca do Lixo que propriamente uma biografia deste desventurado ex-membro da Casa Real”. A notoriedade de Hiroito nos anos 50 e 60 era tamanha que ficou conhecido como “rei da Boca do Lixo”, não tanto pela sua cultura - impressionante, diga-se de passagem -, mas pela agressividade e inteligência com que se relacionava com os outros e com seus problemas.

Segundo Hiroito, a Boca havia se tornado uma cidade dentro da cidade, dotada não só de vida própria, com lojas, cinemas, bares, restaurantes, farmácias, barbeiros e salões de beleza, mas de práticas, leis e códigos que configuravam uma cultura própria e diferenciada, díspar da existente além de suas *fronteiras*.

Não é por acaso que o número de ações direcionadas à essa área cresceu a partir de 1958, considerado pelo já citado "membro da Casa Real" como o ano do auge da Boca.

Por mais de uma década ações policiais assolaram o Quadrilátero do Pecado. As Rudis, as Rones, as Operações Arrastão, Pente-fino, Coração de Mãe, Limpeza (Joanides, 2003) fizeram com que aquela espécie de colônia numerosa e próspera fosse se dissolvendo.

Graças então à repressão policial, bem como à transformações no baixo meretrício e nas relações e acordos entre aqueles que pretendiam subir na linhagem real, a Boca foi perdendo seu monopólio da prostituição e do tráfico de drogas, atividades que espalharam-se cidade afora.

Apesar disso, a Boca do Lixo não se extinguiu. Com a ação policial e também com políticas, planos, operações e programas do governo – tais como as Rondas Unificadas de Assistência Social (RUAS), as Rondas de Ajuda ao Próximo (RAPS), as Operações Socorro, Educação e Cultura, Amemo-nos Uns aos Outros, O Brasil Te Ama, Somos Todos Irmãos (Joanides, 2003) – suas atividades diminuíram consideravelmente, mas no seu território ainda se encontravam – e se encontram – pontos de prostituição e de tráfico de drogas, assim como toda uma rede de estabelecimentos e serviços ligados a essas atividades (fabricação, embalo, transporte, distribuição, etc).

Como é possível notar, o bairro da Luz já era alvo de diversas ações do poder público. Não por desventura foi um dos maiores alvos da medicina urbana em São Paulo.

Antes mesmo de ser Luz, lá no começo de sua ocupação no século XVI, quando ainda era conhecido como Campos do Guaré - ou simplesmente Guaré -, sofreu várias intervenções ligadas ao saneamento e aos esgotos da cidade, visto que era a cloaca informal da capital.

Antes mesmo de a região da Santa Ifigênia ser o formigueiro que é, no século XVII já era ponto de encontro e de concentração comercial, com destaque para as feiras realizadas por tropeiros, agricultores e pecuaristas vindos de Sorocaba, Atibaia e Bragança Paulista.

Nos fins do século XVIII foi inaugurado o Mosteiro da Luz, e com o tempo foram instaladas outras instituições e espaços como o Jardim ou Parque da Luz (1825), a Casa de Correção (1851), o Seminário Episcopal (1856), o Quartel da Luz (1888) e a Escola Politécnica (1893).

A partir de então, São Paulo teve sua estrutura urbana moldada de acordo com o ritmo das atividades ligadas à cafeicultura e à expansão do comércio deste grão pelo mundo. Suas funções urbanas foram incrementadas em um espaço que se organizou pelas atividades produtivas dinâmicas, atividades estas ligadas à produção e à exportação do café.

Pois bem, se atualmente governos³ estão ouriçados para *modernizar*⁴ cidades em vista dos grandes eventos internacionais que foram, ou serão, sediados no Brasil - Jogos Pan-americanos (2007), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016) -, foi durante o

³ E não são só eles. Ver <http://www.folhapolitica.org/2014/06/bordeis-e-prostitutas-de-belo-horizonte.html?m=1>. Consultado em 05/06/2014.

⁴ Ver <http://www.folhapolitica.org/2014/03/brasil-cria-estado-de-excecao-para-copa.html?m=1>. Consultado em 31/03/2014.

governo de João Theodoro Xavier de Matos, entre 1872 e 1875, que realmente se iniciou um período no qual ocorreram diversas transformações na cidade de São Paulo.

Com um programa de “modernização” sua gestão buscou substituir as ocupações rurais pelas de claro caráter urbano, tais como as comerciais, as industriais e as burocráticas.

Mantendo os investimentos em transformações *modernizantes*, iniciados em 1830, as gestões de Antonio da Silva Prado e Victor Freire fizeram diversas obras como, por exemplo, a remodelação do Jardim da Luz.

No entanto, merecem destaque as várias obras de saneamento, em especial a demolição de dois quarteirões ocupados por cortiços e pequenas casas que funcionavam como pontos de prostituição na área da Praça da Sé⁵.

Ainda assim, foi apenas mais de um século depois, já no final da década de 1960, início da de 1970 que o centro da cidade de São Paulo passou a ser o alvo predileto do poder público.

Sob a tutela da recém criada Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), projetado pelas aprovações do novo Plano Diretor⁶ e da Lei de Zoneamento de 1972 e balizado por novas ideias, o poder público desenvolveu uma *nova* política e uma *nova* legislação relacionadas à *recuperação* do centro, promovendo diversas obras, em especial as de recuperação de construções tão caras à história da cidade como o Pátio do Colégio, o Edifício Martinelli, os Viadutos do Chá e Boa Vista, os calçadões, algumas

⁵ Esta prática foi atualizada com a estratégia arrasa-quarteirão promovida pela gestão Gilberto Kassab (2012) na sua tentativa de requalificação da Luz. Para mais, vide "A solução é derrubar". Revista Veja. Edição 1938. 11 de janeiro de 2006. Disponível em http://veja.abril.com.br/110106/p_088.html. Consultado em 11/01/2014.

⁶ Vale notar que foi aprovado um novo Plano Diretor agora em 30/06/2014. Não vou entrar nesta discussão, mas existe uma grande movimentação na sociedade por conta deste acontecimento. Sugiro ver <https://raquelrolnik.wordpress.com/category/plano-diretor-de-sao-paulo/>. Consultado em 21/07/2014.

estações de metrô como Sé, São Bento e República, além do Parque Dom Pedro, da Escola Caetano de Campos e da Vila Itooró, já no começo da década de 1980.

Nesta década apareceram a Usina da Luz, a Praça da Cultura e outras diversas iniciativas, agora pautadas pela lei de Transferência de Potencial Construtivo e pelas Operações Urbanas e Operações Interligadas.

Em 1985 foi implementado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) que viria a lidar com o centro a partir de uma nova perspectiva, a do patrimônio local, sendo o CONPRESP o órgão municipal responsável pela pasta.

No ano seguinte, em agosto de 1986, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) aprovou a resolução de estudo de tombamento da Santa Ifigênia, mantendo tal perspectiva, a qual foi ampliada na gestão Paulo Maluf que, em 1993, criou o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo (Procentro), responsável pela implementação de vários projetos na região.

Dois anos depois, em 1995, foi criado o projeto Monumenta, que veio efetivar e concretizar a nova onda de projetos de requalificação urbana no Brasil, mas agora em um outro nível, associando o Ministério da Cultura, o IPHAN e a EMURB, contando com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apoio da Unesco e integrando um programa estratégico para preservação e conservação do patrimônio histórico.

Em junho de 1997, Celso Pitta, prefeito da cidade na ocasião, instituiu a Operação Urbana Centro (OUC)⁷, envolvendo um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura através da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB).

⁷ Brasil. Lei municipal nº 12.349 de 6 de junho de 1997.

Assim como o Procentro, a OUC visava a melhoria e a valorização ambiental da área central da cidade, estabelecendo um programa de melhoramentos a partir da criação de incentivos e formas para sua implantação, estimulando um maior adensamento populacional.

Também em 1997 a organização Viva o Centro criou o projeto Luz Cultural que previa a revitalização da região da Luz por meio de um trabalho de integração dos espaços e instituições culturais ali presentes.

Ainda no âmbito da *sociedade civil* foi criado em 2000 o Fórum do Centro Vivo que pretendia refletir, articular e lutar pelos direitos humanos no centro, lançando inclusive em 2004 o “Manifesto por um Centro Vivo: o centro da reforma urbana”.

Já em 2001 a então prefeita Marta Suplicy criou a Unidade Executora do Projeto Luz (Uep/Luz)⁸, com o objetivo de coordenar e implementar o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Urbano (Programa BID - Monumenta) na área da Luz, sendo que tal unidade ficou vinculada à EMURB e ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura.

No ano seguinte a mesma gestão conseguiu trazer para o domínio da prefeitura as diretrizes dos projetos do Luz-Monumenta delegando⁹ ao Secretário Municipal de Cultura do Município de São Paulo a assinatura do Convênio de Financiamento para execução de obras e serviços previstos no Projeto de Revitalização da Área Central - Bairro da Luz, no âmbito do Programa Monumenta, celebrado entre o Ministério da Cultura e o Município de São Paulo, com a interveniência do Estado de São Paulo.

⁸ Brasil. Decreto nº 40.898/01.

⁹ Brasil. Decreto nº 42.142/02.

A gestão passou a atuar então buscando conjugar “recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social”¹⁰, baseado em parcerias nos níveis estadual e federal o que, diga-se de passagem, não foi uma grande novidade.

Visando atrair investimentos e *turismo*, promoveu na região da Luz restaurações de prédios históricos como a Estação Júlio Prestes, o Parque da Luz e a Estação da Luz, que passaram a abrigar espaços culturais, respectivamente a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado e o Museu da Língua Portuguesa.

O governo de Marta Suplicy instituiu também as Subprefeituras na capital, o que descentralizou o poder e permitiu que cada subprefeitura tivesse autonomia para desenvolver seus próprios projetos urbanos.

Ainda na gestão de Marta Suplicy foi aprovada a lei de nº 13.885/04, que estabeleceu normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras e dispondo sobre o parcelamento e ordenamento do uso e ocupação do solo do município.

Bom, se até 2004 o poder público e as gestões municipais atuaram na região numa perspectiva um pouco mais distante da monumentalização e da museificação, com a chegada de uma nova gestão municipal as ações tomaram outras direções, pautadas agora por tal perspectiva e ancoradas em uma abordagem regulada pelo uso de aparatos de segurança e vigilância e por ações de proteção de propriedade, o que é facilmente demonstrado pelo processo de instalação de câmeras¹¹, de bases da Polícia Militar¹² e da

¹⁰ Vide http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164. Consultado em 19/11/2013.

¹¹ Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sao-paulo-ganha-centro-de-monitoramento-contra-violencia,210802,0.htm>. Consultado em 16/01/2014.

¹² Ver <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-praca-na-cracolandia-sera-revitalizada-e-tera-base-fixa-da-pm,04d11842de0a3410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Consultado em 17/01/2014.

Guarda Civil Metropolitana, além de diversas ações como rapas e reintegrações de posse¹³.

Em setembro de 2005 José Serra, então prefeito do município, instituiu¹⁴ o Programa de Incentivos Seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, com o objetivo de “promover e fomentar o desenvolvimento adequado dessa área central”.

No mesmo ano Gilberto Kassab, vice-prefeito de São Paulo, declarou¹⁵ como de utilidade pública, “para serem desapropriados judicialmente ou adquiridos mediante acordo, os imóveis particulares situados no Distrito da República, necessários à execução de plano de urbanização”.

Ainda no mesmo ano, a coordenação executiva do Procentro (precursor do “Ação Centro”), foi retirada¹⁶ da *sociedade civil* e repassada ao Gcentro, um grupo executivo exclusivamente governamental que passou a administrar e operacionalizar os projetos de intervenção na capital, que passariam a ser coordenados pela Emurb, em parceria com órgãos estaduais, federais e internacionais, distanciando-se da realidade dos que habitam e frequentam as regiões *favorecidas* por tais ações¹⁷.

Em 2006 foi criado¹⁸ o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz, cujos recursos seriam aplicados com o objetivo de “financiar as ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Projeto Luz, desenvolvido e implantado no âmbito do Programa

¹³ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1402113-cameras-da-prefeitura-de-sp-registram-acao-da-policia-na-cracolandia.shtml> e <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-faz-reintegracao-de-posse-de-predio-na-rua-santa-ifigenia,1528936>. Consultados em 15/07/2014.

¹⁴ Brasil. Lei nº 14.096.

¹⁵ Brasil. Decreto de nº 46.291.

¹⁶ Brasil. Decreto nº 45.832/05.

¹⁷ Ainda assim há grande movimentação na *sociedade civil* buscando participação, atuação, parcerias ou até mesmo controle de políticas sociais. Encontra-se uma miríade de movimentos sociais urbanos, ongs, pastorais, organizações de base, igrejas, sindicatos, entidades de educação e cultura, universidades, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, coletivos de artes, grupos de mídia independente e outras.

¹⁸ Brasil. Decreto nº 46.967/06.

Monumenta, ficando vedada sua aplicação em despesas com pessoal e com serviços de atribuição do Município”.

Ainda assim, era preciso que a legislação desse um passo adiante para que o desenvolvimento dos projetos fosse a cabo. Isto ocorreu com a aprovação da lei nº 13.885, que estabeleceu normas complementares ao Plano Diretor Estratégico e instituiu os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, favorecendo o desenvolvimento de projetos particulares para cada região.

No entanto, apesar dessa infinidade de projetos no bairro da Luz, ainda não havia surgido um projeto que atuasse sobre o cracódromo em si. Isso veio a acontecer em 2004, quando a Subprefeitura da Sé - responsável pela área da cracolândia - começou a desenvolver um novo projeto que ficaria conhecido como Nova Luz, que passou a existir enquanto documento oficial em julho do ano seguinte.

Sua formulação já vinha sendo anunciada pela mídia desde agosto de 2000 e a prefeitura já vinha realizando ações, operações e tomando medidas como a criação das leis de incentivo fiscal, desapropriações e demolições desde o ano de 2005 e suas ações, em especial as de caráter repressivo, já podiam ser identificadas desde 1997, a exemplo da Operação Cracolândia, realizada em 1998, e das diversas outras operações associadas de policiais e órgãos do governo municipal.

Apresentado em 2008, o projeto final da Nova Luz tinha como um de seus grandes *diferenciais* a tentativa de aliar concessão urbanística e planejamento estratégico, tornando-o *menos* custoso para o poder público, dado que uma área seria leiloada para o capital privado, que passaria a ser o responsável pelas ações dentro deste espaço desde que, em contrapartida, o poder público primeiramente o tornasse uma região mercadologicamente viável, favorecendo o investimento da iniciativa privada.

Apesar de ter sido barrado devido à ação popular contra suas características antidemocráticas e *higienistas*, o Nova Luz merece uma atenção especial por ter sido uma investida do poder que foi muito além de um mero esforço para a valorização econômica e a especulação imobiliária da região.

Sinuosidades

Como dito anteriormente, a região da Luz teve um crescimento vertiginoso ao fim do século XIX e início do século XX, crescimento este alavancado pela sua ocupação por uma população de baixa renda, o que fez com que as classes mais abastadas que viviam nas imediações e proximidades debandassem para outros bairros da cidade como Campos Elíseos, Higienópolis, Jardim América e a região da avenida Paulista.

Contudo, tal deslocamento aconteceu menos por questões de busca por novas moradias, mas sim por interesses de especuladores imobiliários, que fizeram brotar e proliferar diversos bairros destinados às camadas mais abastadas.

Estas novas áreas residenciais eram dotadas de infraestrutura própria, abarcando os serviços, o comércio e as instituições destinadas às elites, agora independentes do centro da cidade, que passou a ser o espaço ocupado fundamentalmente pelos *infames*: trabalhadores de baixa renda, imigrantes, prostitutas, desempregados e todos aqueles que foram - e são - obrigados a viver em ruas, cortiços, vilas e vielas, ou que foram obrigados a mudar para subúrbios e favelas servidos pela precária malha de transportes públicos da capital.

Enfim, por todos aqueles que eram – e são – abandonados pelos programas de habitação do Estado e/ou *incapazes* de sustentar-se em outras partes da cidade seja pela distância de seus empregos, seja pelo alto custo dos aluguéis e dos terrenos.

Neste novo cenário, proliferou na região da Luz o comércio e o serviço destinado a atender essa população pobre, configurando-a, já na primeira metade do século XX, como região de pequenos comércios, de hotéis de baixo padrão, como região de passagem, como região popular, o que em grande medida causou sua desvalorização imobiliária.

Desvalorização essa que foi potencializada em 1989 após ser anunciada a primeira apreensão de crack pela Polícia Civil em São Paulo¹⁹ e após o tráfico ligado a ele, à matérias primas e a derivados ter se enraizado na região, instalando laboratórios, pontos de distribuição e pontos de consumo²⁰ em hotéis, cortiços, terrenos e imóveis desocupados, além da própria rua.

Embora este processo de pauperização e degradação se arraste por pouco mais de um século, embora seja possível perceber que desde o fim do século XIX há na área do bairro procedências do trânsito de indesejáveis, o cracódromo só se constituiu como referente, como objeto pretensamente único por meio de um deslocamento ocorrido quase que recentemente.

Ainda no início de sua utilização pela imprensa, lá em 1997, o termo *cracolândia* dizia respeito ao uso do crack em uma área no centro da cidade de São Paulo. Em 2005, menos de uma década depois, já dizia respeito a uma área delimitada, encaixilhada e estigmatizada no bairro da Luz²¹: a *cracolândia* de um lado como instituição incrustada no bairro e de outro como questão.

Dali em diante o crack se consolidou como droga mais consumida, mais comercializada e mais produzida, dominando não só a região do cracódromo, mas toda a cidade.

Pois bem, se já nos idos de 1900 vinculava-se pobreza, doença e imoralidade (Rago, 2008), a criação de projetos para o centro nas nove últimas gestões da Prefeitura de São Paulo, a realização de diversas ações interventivas em espaços de

¹⁹ Ver <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/surgimento-do-crack-aconteceu-nos-eua.aspx>. Consultado em 02/02/2012.

²⁰ Pereira, Elvis. *Cracolândia, 24 anos de problemas e 15 anos de promessas*. Jornal da Tarde, 7 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://vistolidoouvido.blogspot.com.br/2010/02/cracolandia-24-anos-de-problemas-e-15.html>. Consultado em 07/02/2010.

²¹ Sobre este deslocamento é interessante o estudo feito por Castro (2008) precisamente pelo esforço do autor em demonstrar como ele se deu.

vulnerabilidade social em diversas cidades do Brasil, com destaque para metrópoles como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, apenas vem reforçar o tão recorrente raciocínio estatal de que o povo e seu espaço *infecto* são *habitat* de degenerados e criminosos em potencial e ameaça iminente à saúde e à limpeza alheia (Foucault, 2005).

Tendo isso em vista, desenvolver ações específicas para a cracolândia na contemporaneidade não é uma surpresa. Surpreendente é tomá-las apenas como estruturais ou como projetos de *decoração urbana*²².

Vale lembrar que pouco antes da incursão da prefeitura de Kassab ao centro, novas ideias e conceitos de *renovação* urbana chegaram ao Brasil, vindos de outras cidades do mundo como as europeias Barcelona, Paris e Londres e as americanas Boston, Buenos Aires e Quito.

O que não foi e o que não é de todo bom, visto que a mera importação e aplicação de modelos do exterior ignora as especificidades das cidades e da sociedade brasileira²³, fazendo com que a não aceitação e o não enfrentamento de nossas particularidades seja um erro calamitoso, tornando qualquer tentativa de desenvolvimento - urbano e político - um simples exercício de imaginação.

Exercício esse que pulula nos sonhos de pequenas minorias privilegiadas, desejosas por uma cidade-vitrine, enquanto a maioria toma parte de uma cidade-mercado onde não possui espaço e expressão.

²² As discussões sócio-espaciais e as intervenções urbanísticas e arquitetônicas desenvolvidas pelo poder público nos últimos anos têm sido cada vez mais medíocres, passando ao largo de reflexões e experiências críticas da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Sobre esta problemática, sugiro o contato com o trabalho de Jaurégui (2012) e de seu "atelier metropolitano". Disponível em <http://www.jauregui.arq.br>.

²³ A exemplo da diferença escancarada de possibilidades de acesso ao mercado residencial legal, que aqui no Brasil não incorpora nem metade de sua população, ao contrário da realidade de diversos outros países popularmente denominados "de primeiro mundo", onde o acesso à moradia e a serviços básicos como água, esgoto e transporte, além de outros mais elementares ainda como educação e saúde, é praticamente universal.

Falando em cidade-mercado, não é por acaso ou capricho, como mostrei há pouco, que a Luz se tornou alvo privilegiado de diversos projetos de urbanização, requalificação e *revitalização* no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Também não é coincidência o fato de que a área correspondente à Nova Luz abrange a alçada do Procentro e abarca o raio de ação tanto da Operação Urbana Centro quanto do projeto Luz Monumenta.

Entretanto, para discutir o projeto Nova Luz é preciso operar em outra chave, extrapolando o discurso do poder que visa - novamente - recuperar áreas degradadas pelo abandono e pela presença de mendigos, trombadinhas e *viciados* em crack²⁴, que pretende melhorar assim a qualidade ambiental e dinamizar a economia da região da Luz, promovendo a tão infame *inclusão* social e seu *repovoamento*, o que, diga-se de passagem, já é um discurso ordinário, presente no embuste de qualquer projeto urbanístico.

Certamente a discussão envolve problemas de habitação, de planejamento urbano, de assistência social, de direitos sociais, de saúde pública, mas ainda assim desloca-se para o problema da regeneração de classes populares consideradas decaídas, para o exercício de tecnologias de poder diversas.

De modo que é sensato retomar a discussão feita por Michel Foucault (1979a, 1979b, 2005) acerca da medicalização e da normalização do espaço e da vida social afinal, "espaços não são neutros. Podem ser enquadrados, matizados, recortados, rearranjados, requalificados, ressignificados. Forçosamente o espaço, assim como a população, é alvo de estratégias, de táticas, de dispositivos e de técnicas diversas do poder." (Milonopoulos, 2011: 16)

²⁴ Lembrando que é preciso pensar que estas pessoas não estão em tal situação ou ocupando tais espaços por carregarem um gene falido ou serem inatamente degradadas, mas que sua existência é efeito direto, preciso, conhecido e não combatido de políticas próprias do capitalismo, assunto que tratarei em capítulos seguintes.

Com a urbanização e o consequente desenvolvimento das estruturas urbanas, emergiu na França do século XVIII a medicina social (Foucault, 1979b), precedente de um saber médico-administrativo que, a partir do desenvolvimento de uma política médica e do exercício de um poder médico, tomou a medicina como técnica geral de saúde, tornando o espaço urbano um objeto de análise e investimento, passível de intervenção e medicalização.

A medicina urbana constituiu-se como análise de regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço da cidade, instituindo a preocupação e o cuidado com as condições de vida e com o meio de existência da população; preocupando-se com o controle e o estabelecimento de uma boa circulação dos elementos, organizando, por exemplo, redes de água e esgoto.

De maneira que é possível afirmar que a medicina social surgiu por razões políticas e econômicas, já que foi com o desenvolvimento das cidades, agora lugares privilegiados de produção e de relações comerciais, que houve o aparecimento não só do fenômeno da população, mas o aparecimento de uma população específica: a pobre.

Graças ao controle político-sanitário do meio, o espaço passou a ser esquadrinhado, formulando um cordão sanitário que separava, de um lado, os bairros e as habitações ricas e, do outro, os bairros e habitações pobres, já considerados - tal qual atualmente - como perigo médico e como perigo político, visto que sofriam - e sofrem - constantemente com o problema do amontoamento, bem como com a falta de condições para sanar necessidades elementares de cada indivíduo.

Mais do que o resultado de um empreendimento vertical, essa política médica que apareceu no século XVIII, como bem mostrou Foucault (2005), lidava com um problema de origens e direções múltiplas: a saúde de todos como urgência para todos, o estado de saúde de uma população como objetivo geral.

No entanto, esta política não se traduziu em uma intervenção uniforme do Estado na prática da medicina, mas fundamentalmente pela emergência, em pontos diversos do corpo social, da saúde e da doença como problemas que exigiam uma incumbência coletiva.

E foi precisamente na medida em que a cidade colocava problemas totalmente novos e específicos, seja no âmbito econômico, seja no âmbito político das técnicas de governo, que ficou clara tanto a necessidade de controlar o crescimento demográfico e integrá-lo ao aparelho de produção, quanto a necessidade de se criarem mecanismos de poder mais apropriados e rigorosos para administrar a crescente massa de indivíduos, configurados a partir de então como *população*, como um conjunto de sujeitos dóceis e produtivos, alvo e fruto das regulações e da gestão da vida.

A vida apareceu como objetivo final do governo, operado agora por meio de várias instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas.

Entre estas táticas, vale reavivar a da *polícia*, que emergiu naquele momento como um conjunto de técnicas que, como mostrou Foucault (2005), favoreceu ao mesmo tempo a vida dos cidadãos e o vigor do Estado, atuando como zeladora da saúde dos homens e como mecanismo repressivo no seio do Estado, garantindo que viver, coexistir e comunicar-se são ações transformáveis em forças do Estado.

Eis que desenvolveu-se uma política responsável por intervenções e medidas de controle que visavam consolidar a série segurança-população-governo (Foucault, 2008b), preocupando-se em acabar com os surtos epidêmicos, em abaixar a taxa de morbidade e em aumentar a duração da vida da população, tendo como base noções como as de *risco*, *perigo* e *segurança*.

É no centro de toda essa preocupação com os problemas da cidade, da população e de seus fenômenos – saúde, higiene, natalidade, mortalidade, longevidade, morbidade,

etc – que emerge uma tecnologia de poder que articula a sujeição dos corpos com a intervenção sobre populações, encarando os processos da vida e o desempenho do corpo.

Esse poder sobre a vida, chamado por Foucault (1988) de biopolítica, constituiu-se em duas séries, uma que formava um conjunto orgânico institucional - a série corpo-organismo-disciplina-processo biológico -, e outra que formava um conjunto biológico e estatal - a série população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores.

Ao empreender a gestão, o controle e a multiplicação da vida, essa tecnologia - concentrada tanto no corpo-máquina, quanto no corpo-espécie - ao invés de deixar morrer, fazia viver, produzindo forças, visando fazê-las crescer e ordenando-as através de controles precisos e regulações de conjunto.

Ao investir na vida de cima a baixo, gerindo-a, garantindo-a, sustentando-a, reforçando-a e multiplicando-a, a biopolítica deu suporte à ela por meio de controles reguladores dos processos biológicos, tais como a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, assim como à todas as condições que podem fazê-los variar.

Pois bem, dito tudo isso, como será que ocorreu esse processo no bairro da Luz? Bom, para início de conversa vale situar que além de ser a latrina não-oficial da cidade, a Luz era uma área recorrentemente atingida pelas cheias do rio Tamanduateí.

Seu terreno úmido e alagadiço era tido como um dos principais problemas da cidade, sendo famosamente conhecido pela sua condição miasmática²⁵ graças aos eflúvios pestilenciais do rio e de suas águas carregadas de enfermidades.

Além das propostas de canalização do rio Tamanduateí em 1821, haviam outras propostas de intervenção na área, como a construção de um canal que levaria a água da região para desaguar no rio Tietê.

O poder público de São Paulo já estava atento à tais questões, de modo que em 1884 foi criado o primeiro órgão da administração provincial ligado a uma política de saúde da população: a Inspetoria de Higiene, especificamente voltada para a supervisão sanitária da província, para seu policiamento sanitário, assim como para a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, juntamente com a organização da estatística demógrafo-sanitária.

Antes de sua extinção em 1891, a Inspetoria de Higiene atuou sob o novo Código de Posturas, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo em 1886, que, preocupado em instituir um plano padrão de urbanização mais rigoroso, veio consolidar as distintas e dispersas condutas e posturas municipais, separando melhor espaços públicos de privados, proibindo a construção de cortiços e destruindo os existentes²⁶, o que foi uma ação notável, visto que a sua aprovação coincide com o período de maior entrada de imigrantes vindos para os trabalhos na lavoura exportadora.

Em contraposição à tão divulgada falência e carência do nosso sistema público de saúde atual, entre 1891 e 1893 o Estado buscou estabelecer uma estrutura voltada à saúde pública.

²⁵ Vale situar que pelos idos do século XIX, o pensamento médico brasileiro se baseava na teoria miasmática, e não na teoria pasteuriana dos micróbios.

²⁶ Com relação à demolição dos cortiços é importante citar o decreto municipal nº 84 de 1896, que vetava-os por toda a cidade de São Paulo.

Neste período foram criadas a Diretoria de Higiene e o Conselho de Saúde Pública e pouco depois, em 1894, foi elaborado o primeiro Código Sanitário do Estado que regulamentou os serviços de saúde pública.

Com ele, a Diretoria de Serviço Sanitário - ex-Diretoria de Higiene, reformada em 1896 - passou a articular e mobilizar o combate de doenças infecto-contagiosas e epidemias como as de febre amarela, febre tifóide, varíola e cólera.

Pois bem, na primeira metade do século XX as reformas urbanas de caráter sanitário combateram e controlaram tais doenças e epidemias, sempre pautadas pelo isolamento de doentes, pela vacinação e pela desinfecção de espaços públicos e privados, realizadas com primor e afinho nas habitações dos pobres e trabalhadores de baixa renda.

Elas iam além da preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador, promovendo ações ligadas à medicalização da cidade por meio das já faladas desinfecções, da limpeza de terrenos baldios e também da drenagem dos pântanos, do alinhamento das ruas e da arborização das praças, tendo assim um papel estratégico na saúde pública.

Bom, se antes eram desenvolvidas ações pontuais para higienização e purificação da cidade, a partir deste momento elas passaram a ser realizadas permanente e sistematicamente, de maneira que além das habitações operárias, passaram a ser alvo do poder os botequins, os bordéis e todo e qualquer lugar onde se dava o acúmulo, o amontoamento ou a grande circulação de corpos.

De todo modo, foi com o desenvolvimento da problemática da habitação operária - inicialmente construída pelo saber médico-higienista e progressivamente incorporada pelos saberes da engenharia, da arquitetura e da sociologia - que houve um deslocamento conceitual através do qual imagens e representações imaginárias se

acoplaram, criando todo um campo de dimensão simbólica do real no qual vinculavam-se pobreza, doença e imoralidade (Rago, 1985).

A questão passou a não ser mais apenas a constatação das péssimas condições de vida e moradia dos trabalhadores e pobres em geral. O problema da habitação popular foi ultrapassado pela questão urgente da saúde dos incivilizados, da necessidade iminente do diagnóstico, da prevenção e da extinção de doenças e focos de contágio.

Mais do que isso, da questão da doença e do perigo da emergência de focos de contágio, deslocou-se para o problema moral: a degenerescência, a degradação e a corrupção da raça e do espírito do pobre.

Agora considerado ameaça política²⁷, o pobre passou a ser alvo de políticas de medicalização e normalização. Mas o que precisamente quer dizer isto?

Quer dizer que com o processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações - o conceito de normalização - e o processo caracterizado pela função política da medicina, pela intervenção de extensão e limites indefinidos do saber médico - o conceito de medicalização - o poder passou a cobrir "toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, pelo duplo jogo das tecnologias de disciplina, por um lado, e das tecnologias de regulação, por outro" (Foucault, 2005: 225).

Esses processos sobre o espaço e a vida social são o ápice daquilo que Foucault denominou sociedades de normalização, onde se cruzam, segundo uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação.

E é importante situar que a norma não é um princípio de inteligibilidade, mas um elemento a partir do qual o exercício de poder encontra-se fundado e legitimado, o que permite afirmar que normalização e medicalização operam em conjunto, deslocando o

²⁷ O que não se configura enquanto novidade alguma para nós do século XXI.

governo das leis para um governo das patologias, instaurando não mais um regime de direitos, mas um regime de normalidade pautado por uma *bioarquia*.

Portanto, se ao longo da primeira metade do século XX a saúde pública orientou-se para o combate de epidemias e de moléstias infecto-contagiosas por meio da reforma urbana de caráter sanitário, das desinfecções dos espaços públicos e privados, do isolamento dos doentes e da vacinação, a questão que ficou é que esse grande número de obras e atividades, muito mais do que darem uma roupagem civilizatória à antiga cidade de taipa de pilão, pretendiam e pretendem também limpar - mais do que nunca e a qualquer custo - certos espaços²⁸.

Neste sentido, o esforço atual para a valorização e a normalização da Luz, seja por meio de projetos e obras de requalificação, seja por ações policiais se destaca, principalmente pela peculiaridade com que o último projeto da Prefeitura de São Paulo para a área - o Nova Luz - foi cunhado, combinando a técnica da polícia em suas duas esferas: enquanto arte de governar e enquanto método para analisar uma população, atuando como zeladora da saúde dos homens e como mecanismo repressivo no seio do Estado.

Não por acaso também foi notável o esforço de ressignificação da área promovido pelo projeto Nova Luz por meio da construção de um espaço físico - o Espaço Projeto Nova Luz, algo muito próximo, fisicamente e em essência, a um stand

²⁸ Em reportagem exibida em 24/03/14 pelo telejornal SPTV da Rede Globo, o *especialista* em segurança Diógenes Lucca, oficial da reserva da Polícia Militar de São Paulo, afirma que a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo "não pode cometer [o] erro de fazer vistas grossas a qualquer tipo de situação [ou] comportamento que possa representar uma poluição no ambiente, alguma coisa que prejudique o bom uso do espaço público", sendo que "é necessário que a Guarda faça essa intervenção, faça a abordagem, independente de outros órgãos (...), [não podendo] ser omissa nesse sentido, sobretudo naquilo que é obrigação dela, que é cuidar daquilo que chama os próprios municipais: as praças, os parques, os órgãos da prefeitura". Disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/sptv-1a-edicao/t/edicoes/v/menores-de-idade-bebem-e-fumam-maconha-em-plena-luz-do-dia-no-parque-do-ibirapuera/3234164/>. Consultado em 23/04/2014.

de vendas de grandes empreendimentos imobiliários - e da proclamação de um discurso que proferia o fim da cracolândia e o nascimento da Nova Luz²⁹.

Mas por que isso é algo tão chamativo? Porque além de tentar jogar uma venda sobre o passado da área, apresentando-a de uma maneira diferente, proclamar o fim do cracódromo é fazer funcionar um discurso que se insere numa estratégia específica de redefinição das condições em que se dão as relações de poder entre nós, entre problemas sociais, entre problemas econômicos, entre problemas filosóficos, entre problemas urbanísticos e entre problemas eminentemente políticos.

Vale lembrar, como bem salientou Foucault (1979), que discursos são elementos ou blocos de táticas em um dispositivo estratégico de relações de poder, de modo que discurso e poder não estão nem separados, nem são opostos, ainda que existam discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia.

Disto decorre que a fala de Gilberto Kassab é notável menos pelo sujeito falante e mais pela sua função dentro de uma estratégia onde o poder está implicado e por meio da qual funciona, o que implica que a cracolândia e o Nova Luz não devem ser encarados negativamente, mas sim em sua positividade, isto é, deve-se questionar para que eles servem, qual funcionamento garantem e a quais estratégias respondem.

Como mostrei na pesquisa anterior, o projeto Nova Luz tratou de tentar exaustivamente efetivar tal discurso, buscando produzir novas relações de poder na

²⁹ Cito o episódio em que Gilberto Kassab, atual prefeito da cidade de São Paulo e um dos principais entusiastas e defensores do projeto, profere o fim da Cracolândia e o nascimento da Nova Luz²⁹, “um bairro sustentável, dinâmico e diversificado, para morar, trabalhar e se divertir. Um local onde as pessoas estarão cercadas por elementos históricos e culturais, entretenimento, espaços abertos convidativos, passeios e parques. Um bairro que oferece oportunidades de estudo e trabalho, que é facilmente acessível de toda a cidade e que tem mobilidade privilegiada para o pedestre e o ciclista”. Vide “Para Kassab, cracolândia não existe mais”. Folha de São Paulo. 14/02/2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/cotidiano/ult95u372221.shtml>. Consultado em 14/02/2008.

região, o que possibilitaria o planejamento e a organização racional de uma população com características e funções específicas em um espaço organizado e distribuído³⁰.

Neste sentido, "mais do que um projeto urbanístico, o *Nova Luz* atuou como dispositivo dentro de uma biopolítica, ligada a um projeto de normalização que vem se realizando a partir do isolamento dos componentes e das causas nefastas da região que devem ser normalizadas." (Milonopoulos, 2011: 19)

O projeto exprimiu e evidenciou uma rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, urbanismo, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas.

No entanto, para além dessa estrutura de elementos heterogêneos, a gênese do dispositivo fundamentalmente se liga a um objetivo estratégico e a uma função estratégica.

No caso do Nova Luz, os objetivos seriam a tentativa de realização de um projeto de medicina social, potencializando os investimentos na região e favorecendo assim a bolha imobiliária paulistana. Mas não só: com a criação de alamedas e calçadões, com as obras de pavimentação e iluminação, com a implantação de áreas verdes, com as empreitadas de reforma de prédios, calçadas e ruas, além da criação de espaços e instituições como centros comunitários³¹, escolas e creches, a implantação do

³⁰ O projeto buscava construir cinco diferentes setores no bairro, cada qual com sua *vocação* particular, seja para o comércio (Corredores São João e Rio Branco), seja para residências (Corredor Nébias), seja para cultura e entretenimento (Corredor Nova Luz), além dos dotados de vocações mistas, reunindo comércio e tecnologia (Corredor Timbiras) ou comércio e residências (Corredor Triunfo)

³¹ Vide a criação do Espaço Projeto Nova Luz aos fins de 2010. Trata-se de um espaço que funciona como centro de informações sobre o projeto e como centro cultural, oferecendo exposições, palestras, oficinas educativas e outras atividades de promoção à integração social, todas gratuitas e abertas ao público em geral, tentando criar um vínculo com a população, com a 'comunidade' da região afetada pelo projeto.

Nova Luz visava a normalização e a medicalização do espaço e da população, na tentativa de atrair um outro tipo de perfil societário para a área.

Ao buscar normalizar por meio de suas instituições e normas, ao esquadrinhar e higienizar o espaço por meio da criação de obras estruturais que definiriam quadras específicas, setores³², eixos e pátios internos, o projeto preocupou-se com o ordenamento, esforçando-se para definir as fronteiras da *terra do crack*.

Todavia, *quem diz fronteira diz igualmente fronte*.

Que a cidade de São Paulo tem se tornado um lugar muito menos acolhedor a cada dia que passa não é uma novidade, ainda mais para aqueles tidos como indesejáveis³³.

Também não à toa tem se ouvido falar recorrentemente em limpeza social e em políticas higienistas, sobretudo depois das ações³⁴ promovidas por figuras já conhecidas pelas suas trapalhadas nas últimas gestões da Prefeitura e do Governo do Estado de São Paulo: José Serra, Geraldo Alckmin, Gilberto Kassab e Andrea Matarazzo.

Ações estas que demonstraram - e continuam a demonstrar - as diretrizes tomadas pelo poder público para relacionar-se tanto com a cidade, quanto com a sua população³⁵, novos alvos de uma política social, econômica e espacial grosseiramente intransigente.

E digo grosseiramente pelo fato de que tais relações pautam-se não só por atos de intolerância, mas essencialmente pela criação e instalação de formas urbanas

³² Vide nota 27.

³³ Sendo que hoje o caráter de distinção tem a ver muito mais com o poder aquisitivo, do que com questões de "raça, cor ou credo", como será discutido mais adiante.

³⁴ Vide <http://umhistoriador.wordpress.com/2012/08/12/politicas-higienistas-ocorrendo-a-todo-vapor-em-sao-paulo/>. Consultado em 12/08/2012.

³⁵ Em específico a sua parcela *mais desfavorecida*.

repulsivas e segregadoras como muros e cercas - e aqui temos uma super variedade - vivas, não-vivas, eletrificadas, não-eletrificadas, com lanças de várias formas e tamanhos, com cacos de vidro, com bolinhas de gude, com serpentina, com arames farpados, com arames não farpados, com cordel de varal, com barbantes, com cerol, etc.

Além destes, temos os civilizados e quase discretos unifilas e sinalizadores de chão que somam-se às alternativas mais "naturais" para alteração de qualquer espaço, superfície ou apoio minimamente convidativo ou confortável para permanência por meio da colocação de vegetação, pedras ou pedriscos, pela separação de bancos públicos, ou ainda - no caso da falta de bancos - pela confecção de ranhuras, pontas e estrias no chão, impedindo que se encoste, se sente ou se deite em lugares fundamentalmente públicos.

Também não podemos esquecer das alternativas mais engenhosas como o chuveirinho³⁶, que inclusive existia na cracolândia de São Paulo em frente a uma construção na rua Conselheiro Nébias³⁷. Conhecido no Rio de Janeiro como pinga-pinga, é um tubo improvisado, cheio de furinhos, que permite manter a calçada ou a marquise molhada com água ou creolina - ou qualquer solução desejável -, impedindo a permanência de indesejáveis no recinto.

Enfim, meu objetivo não é falar destas formas em si, da sua existência ou da sua legitimação, mas sim pensar, levando em conta a circulação de saberes e discursos de poder, em como elas são mais do que o reflexo da nossa contemporaneidade, em como evidenciam um problema devidamente definido, porém acossado.

³⁶ Ver <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1206834-10406,00-CHUVA+ARTIFICIAL+E+SOLUCAO+PARA+AFASTAR+VICIADOS.html>. Consultado em 24/06/2009.

³⁷ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606200915.htm>; <http://outraspalavras.net/destaques/arquitetura-hostil-as-cidades-contraseres-humanos/> e <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/10/londres-enxota-sem-teto-com-pinos-na-calcada-sao-paulo-e-mais-profissional/>. Consultados em 10/07/2014.

Importa, portanto, não as figuras de poder que tem sido responsáveis pela criação de tais espaços e formas, mas sim a função que estes espaços e formas assumem dentro de uma estratégia onde o poder está implicado e por meio da qual funciona.

E é a partir da concepção desta estratégia que o poder cria as condições que negam ao habitante a condição mesma de cidadão, negação esta que tem na pobreza sua fundação, cultivada sob o argumento de que o problema advém da desigualdade, a verdadeira responsável pela geração de criminalidade, que deve ser combatida por meio da implantação e do desenvolvimento de dispositivos e políticas austeras, justificando a corrida por segurança.

Aqui vale não só lembrar da relação enunciada por Foucault (2008b) entre polícia, prisão, justiça e delinquência, mas também notar como a segurança em si perdeu o status de direito e foi elevada ao posto de mercadoria (Melgaço, 2010), a ser consumida numa realidade assolada pela "violência desenfreada", como diariamente tagarelam os famigerados programas jornalísticos que invadem os principais canais de televisão no fim da tarde.

Observa-se, pois, a proliferação de tecnologias e dispositivos, sejam eles objetos, empresas privadas ou formas urbanas, sempre voltados para a obtenção de algum tipo de segurança, habitualmente relacionada mais à proteção patrimonial do que à proteção individual.

A busca pela criação de espaços exclusivos tem sido inclusive o maior fetiche do mercado nos últimos anos. Divisões específicas para os distintos e os diferenciados proliferaram por todos os cantos e, indo além dos já tradicionais *shopping centers*, a *tendência* chegou às instituições financeiras, aos restaurantes, aos empreendimentos imobiliários e aonde mais alguém esteja procurando blindar-se do outro, exercitando o *real* espírito democrático.

A criação *elle-même* de espaços homogêneos onde misturam-se e convivem apenas os *iguais*, livres de qualquer risco de abordagem ou incômodo proporcionado por aquilo que não é do seu *círculo sociocultural*, carrega uma violência simbólica extremada que, pautada por uma paranoia securitária, serve como mote para a promoção deliberada de atos de segregação de todos aqueles que não conseguem se inserir no mundo do consumo comercial, cultural, de saúde, ou seja lá qual for ele.

Em equivalência à essas populações bem nascidas, bem crescidas, bem criadas e bem alimentadas, que podem livremente circular e consumir por seus espaços *cleans* e *gourmet*, sempre sob os olhares zelosos de empresas privadas de segurança, o miserável está, como de costume, relegado a espaços tidos como de *vulnerabilidade* e de *risco*, o que por parte do poder já é mais do que suficiente para justificar e servir de pretexto para ações como limpezas, despejos, ocupações e outras mais que, como de costume, culpam e responsabilizam o pobre pela sua própria miséria.

Todavia, como bem apontou Deleuze (1992: 213), "não há Estado democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana", sendo ela própria a condição de possibilidade continuada da nossa sociedade, de modo que não é por acaso que "o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade" (*Idem*: 213).

Neste sentido, no Brasil e fora dele, temos visto aparecerem técnicas e tecnologias políticas que passam pela medicalização e pela normalização do espaço e da vida social; pela reatualização e pela reconfiguração do racismo e da morte; e que, ao se situarem entre a governamentalização da vida e a prática do matar, redimensionam a gestão estratégica de populações na sociedade contemporânea, assumindo funções ligadas sobretudo à gestão de uma população infame e à tentativa de sua normalização ou, no limite, de seu extermínio.

Se assumimos o limite como ponto de partida, incautos são aqueles que persistem em falar em políticas higienistas e em higienismo social, por mais que estes termos estejam muito em voga e o assunto esteja sendo discutido por diversas personalidades e plataformas - acadêmicas ou não.

Penso que é necessário dar um passo adiante nesta discussão, ainda que por agora me pareça ajuizado fazer algumas considerações sobre este tema afim de fortalecer o meu ponto de vista.

Bem, no Brasil do século XIX - principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro - iniciou-se um processo de transformação política e econômica que influenciou também no âmbito da medicina. Ela passou a penetrar cada vez mais na sociedade, tornando-se um apoio científico indispensável para o exercício do poder do Estado, ainda mais após incorporar o meio urbano como alvo da prática e da reflexão médica.

Este *saber-poder* médico-higienista, elaborado em instituições como faculdades, sociedades de medicina e a imprensa médica, atuava - como mostrei anteriormente - sobre a desorganização e o mau funcionamento da sociedade, tendo como alvo seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível.

O poder público na época atuava mais sob a perspectiva de combater o mal do que de cultivar o bem. A saúde não aparecia ainda como algo que podia ser produzido, incentivado, organizado e aumentado. Havia apenas uma percepção negativa da saúde pela presença da realidade representada pela doença e pelo medo da peste, pelo medo da devastação da população.

E, como salientou Roberto Machado (1978), o sonho mórbido de uma sociedade perpetuamente em peste, justificou a implantação dos aparelhos médicos de controle da vida social e é neste momento em que o perigo da peste passou a ser constante, que se

assinalou o nascimento da prevenção, assim como o nascimento da periculosidade e do controle das virtualidades.

Configurava-se então a base para a luta da higiene pública, que passou a criar ou reformular regulamentos sanitários, zelando pelo controle de sua aplicação, pela mudança de costumes, pela intervenção em espaços públicos (hospitais, prisões, sanatórios, cemitérios, etc), pelo controle e venda de medicamentos e pelo estudo das doenças, epidemias, endemias e de tudo aquilo que fosse contagioso.

Ao esquadrihar o espaço da sociedade com o objetivo de localizar e transformar objetos e elementos responsáveis pela deterioração do estado de saúde das populações, desenvolveu-se uma etiologia social da doença, que integrou um projeto de prevenção, responsável por estabelecer um controle caracterizado por um permanente estado de alerta que ganhou autonomia com relação ao perigo virtual ou presente e que passou a intervir na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas.

A medicina social, portanto, veio a caracterizar-se, primeiro, como uma forma de controle constante e, segundo, pela vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais, esquadrihando, refinando, dividindo, isolando, expulsando e transformando antes da presença do mal.

Tal projeto foi efetivado a partir do momento em que se criou uma legislação que expressava os interesses e desejos da medicina social, sendo que sua expressão legal máxima na República foi a promulgação do Código Sanitário de 1874 onde, pela primeira vez, prescrevia-se num longo regulamento normas reguladoras, sobretudo de edificação, especificando-se implantações, dimensões mínimas, alturas, larguras, espessuras, lotações, dependências e recintos especiais, materiais de construção, acabamentos e até mesmo cuidados higiênicos.

Como demonstrou Hugo Segawa (2004), “da postura municipal ao Código Sanitário evidenciou-se um aperfeiçoamento das normas de caráter medicalizador com um gradual reconhecimento das características de salubridade dos elementos participantes do espaço urbano. (...) Princípios de isolamento físico/sanitário ordenando a ocupação do território, prática prescrita pelos higienistas/sanitaristas” (Segawa, 2004: 350).

A Câmara de São Paulo promoveu, além destas posturas e destes códigos, várias atividades e empreendimentos que resultaram em diversos diagnósticos sobre a cidade, sobre seus riscos e sobre a saúde de sua população, a exemplo do *Relatório da Comissão do Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no distrito de Santa Efigênia*³⁸, um exame minucioso que descreveu as precárias condições de vida em sessenta e cinco cortiços, estalagens, hotéis e casas de dormir especialmente voltadas à habitação operária.

Pois bem, se ao longo da primeira metade do século XX a saúde pública orientou-se para o combate das epidemias e das moléstias infecto-contagiosas por meio da reforma urbana de caráter sanitário, das desinfecções dos espaços públicos e privados, do isolamento dos doentes e da vacinação, com o passar do tempo ficou claro que as incursões do poder seriam deslocadas das ações pontilhadas que visavam evitar a doença pela eliminação da sujeira para um grande número de obras e atividades que pretendiam também limpar certos espaços, redefinindo seu uso pelo *bem de todos* a partir da criação não de espaços terapêuticos, mas de espaços de exclusão e de abandono.

Com esta transformação o foco das ações mudou. No bairro da Luz, por exemplo, elas passaram a dizer respeito ao Mosteiro da Luz e seu cemitério, ao Hospital

³⁸ Este relatório foi lançado em livro com o título *Os Cortiços de Santa Efigênia: sanitarismo e urbanização*. A obra encontra-se relacionada na bibliografia.

e ao Quartel Militar, à Hospedaria dos Imigrantes, à Casa de Correção, à Escola e ao Liceu, enfim, aos espaços e instituições passíveis de medicalização e capazes de medicalizar os que os frequentam.

Ora, como já havia dito antes, a medicina social lutava – e luta – contra os lugares de concentração dos pobres, um dos principais alvos do *Nova Luz* e das últimas gestões do poder público na cidade e no estado de São Paulo.

Isto certamente aproximaria tal discussão com a contemporaneidade mas, apesar dessa possível conversa, creio que devemos radicalizá-la, indo além da recorrente problemática do higienismo social pois, como pode ser visto atualmente, houve um deslocamento da questão da doença e do perigo dos focos de contágio para o problema da ameaça política.

Estamos indo além dos processos de normalização do espaço, da população e das instituições, e não é exagero, tampouco ingenuidade, afirmar que a [bio]política se encontra no seu limite onde, frente à impossibilidade de normalização de certas populações, o poder passa a adotar estratégias e práticas mais extremas que ora reatualizam e redimensionam incursões do passado, ora criam novas formas de poder - mais sutis, mais capilares e mais veladas -, que percorrem e atuam sobre toda uma zona de perigo social sustentada por discursos de medo e de moralização.

Discursos que sustentam, por sua vez, uma inquietude política relacionada não ao criminoso, tampouco ao doente, mas sim à virtualidade do perigo oferecido por um certo indivíduo, grupo ou classe.

Tais práticas e estratégias podem ser discutidas por meio, novamente, do projeto Nova Luz, que como já apontado buscou isolar os componentes e as causas agourentas da região da cracolândia, articulando toda uma rede de relações e restabelecendo um projeto de medicina social que, por um lado, tentou potencializar os investimentos na

região favorecendo a especulação imobiliária e, por outro, tentou normalizar e medicalizar a população e o espaço ao esquadrinhá-lo e higienizá-lo.

E, por mais que o Nova Luz tenha atuado pelo viés da medicalização e da normalização, penso que sua questão fundamental foi a de reatualizar o racismo e de reatualizar práticas do matar³⁹, buscando engendrar novas relações de poder na região, relações estas que definiriam as fronteiras da *terra do crack*, promovendo a constante perseguição daquilo que escapa à ordem.

Ao fazer uso de aparatos de vigilância que coincidem com tecnologias produtoras de suspeita e ao atuar de modo coercivo sobre populações tipificadas como incapazes de autogovernar-se, o Nova Luz evidenciou como a biopolítica encontra na vigilância o meio mediante o qual se produz conhecimento com o fim de administrar a população com respeito ao risco da sua ingovernabilidade, esforçando-se para obter obediência ou conter comportamentos ameaçadores.

O Nova Luz foi, portanto, um projeto peculiar ao buscar combinar a arte da *polizeiwissenschaft*⁴⁰ em sua multiplicidade: como arte de governar e como método para analisar uma população.

Por meio da segurança pública e baseando-se em órgãos que identificam, selecionam e sequestram, travou uma guerra que lançou mão das exceções e do extermínio para conter aqueles considerados como indivíduos perigosos, criminalizáveis e de condutas objetivas ou potencialmente suspeitas.

³⁹ Abordarei melhor este tema no último capítulo, mas cabe já apontar que o racismo possui uma função específica dentro da biopolítica ao filtrar os indivíduos, estabelecendo um corte no interior da população e atuando como meio de defesa interna de uma sociedade contra seus anormais (Foucault, 2005).

⁴⁰ A polícia tem, diz Foucault a partir de seus estudos sobre Von Justi, duas tarefas: uma negativa, denominada *Die Politik* e outra positiva, denominada *Polizei*. Aquela “(...) consiste, para o Estado, em se defrontar com seus inimigos, tanto internos quanto externos. (...) [Esta] consiste em favorecer ao mesmo tempo a vida dos cidadãos e o vigor do Estado” (2006a: 383).

E quando falo de extermínio, é importante apontar que no embate entre matar-deixar morrer, o ato de tirar a vida não se relaciona somente com o assassinio direto, mas também com tudo o que pode ser assassinio indireto⁴¹.

Assim sendo podemos observar o aparecimento de uma nova diagramação da ocupação dos espaços das cidades, nas quais políticas de tolerância zero ampliam o número de pobres e miseráveis visados, capturados e controlados.

A exemplo disto temos a operação Bom dia morador de rua, desenvolvida em 2009 pela Prefeitura de Campinas e integrante do programa de Tolerância Zero⁴² adotado pela cidade.

Segundo a prefeitura, o Tolerância Zero "protege quem vive em situação de vulnerabilidade, e através da operação Bom Dia Morador de Rua, acolhe pessoas que vivem nas ruas, consumidores de álcool e drogas, com atendimento e encaminhamento", conforme suas necessidades específicas, para as áreas de saúde, assistência social e trabalho e renda.

Visando identificar os infratores e resgatar a autoestima do *cidadão de bem*, o programa também foi responsável pela interdição de imóveis abandonados e invadidos, buscando acabar com o consumo e o tráfico de drogas em tais locais.

Sob a tutela do Comitê de Fiscalização Integrada (COFISC), participavam da operação diversas secretarias municipais, entre elas as de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, de Saúde (Vigilância Sanitária e SAMU), de Trabalho e Renda, de Assuntos Jurídicos, de Urbanismo, de Infraestrutura, além de representantes do Conselho Tutelar, da Guarda Municipal e das Polícias Civil e Militar.

O programa era uma força-tarefa voltada a combater a presença de mendigos na cidade, sendo eles interpelados, cadastrados e conduzidos aos órgãos responsáveis e,

⁴¹ Me aprofundarei nesta discussão no último capítulo.

⁴² Ver <http://www.campinas.sp.gov.br/toleranciazero/>. Consultado em 03/05/2013.

mesmo após o fim das ações em 2011, a Secretaria de Assistência Social continuou a abordar os mendigos na rua diariamente, orientando-os à procurar os serviços sociais da Prefeitura, como o Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (Samim).

Com os slogans "É o Tolerância Zero para o desrespeito e a criminalidade" e "Nota dez para a cidadania", os agentes da operação buscavam promover o *resgate* da cidadania da população de rua, oferecendo *oportunidades* para *refazerem suas vidas*.

Oportunidades estas que, como bem apontou Salvo Vaccaro, servem para “capturar populações, ontem para submetê-las, hoje para garantir-lhes um estatuto de cidadania, pela conquista de pacotes de direitos e deveres (...) no qual o mecanismo de titularidade individual se revela constitutivamente discriminatório dado o dispositivo binário da ordem estatal (violentamente inclusivo/exclusivo)”. (Vaccaro, 2005: 122)

Enquanto isso a Prefeitura de São Paulo ainda buscava desenvolver operações que não eram, ao menos declaradamente, pautadas por uma política de Tolerância Zero.

Em junho do mesmo ano, Gilberto Kassab havia anunciado sua intenção de retirar viciados compulsoriamente das ruas da cidade, até que em janeiro de 2012 foi realizada na cracolândia a Operação Sufoco ou, nos termos mais brandos, a Operação Cracolândia.

Esta ação foi muito similar à Operação Limpa⁴³, realizada em março de 2005 pelo então prefeito José Serra com o apoio de Geraldo Alckmin, governador do estado à época (e atualmente). A ação mobilizou duas centenas de policiais militares para coagir e repreender o consumo e o tráfico de crack na região.

Segundo os planos do poder público, a ofensiva policial servia como instrumento de *revitalização* da região e, mais do que isso, foi a responsável por

⁴³ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0704200517.htm>. Consultado em 08/03/2012.

dispersar os usuários pelo centro da cidade, causando sua migração para áreas próximas como a Praça Júlio Prestes.

Fato que para o então sub-prefeito da Sé, Andrea Matarazzo⁴⁴, era um acontecimento favorável⁴⁵ em dois sentidos: o primeiro que dizia respeito à realidade de a cracolândia ter deixado de ser um lugar específico e concentrado, um "endereço do crime" e, segundo, porque havia sido o início de um processo de intensificação da *limpeza* na área, o que facilitaria o início de uma política de *revitalização*.

Em 3 de janeiro de 2012⁴⁶, como eu vinha dizendo, a cracolândia voltou a ser sitiada através de nova investida da prefeitura e do governo do estado. Acompanhada por enorme contingente de policiais militares, contando com helicópteros, viaturas, motos, cavalos e cães, além de bombas de efeito moral, bombas de gás, tiros de balas de borracha e sprays de pimenta, a ação pretendeu dismantelar o tráfico e o consumo na região.

A estratégia da Operação foi dividida em etapas⁴⁷, *brilhantes* diga-se de passagem: a primeira consistia na ocupação policial da área, com o objetivo de quebrar a estrutura logística de traficantes que atua(va)m no local, barrando a chegada da droga aos usuários, agora alvos de vigília ininterrupta⁴⁸, já que os policiais foram orientados a não mais tolerar o consumo público de crack.

Desse modo, os usuários passaram a ser abordados e encaminhados para a rede municipal de saúde e de assistência social da Prefeitura. A busca por *ajuda* foi o mote

⁴⁴ Ver <http://semaismenemos.wordpress.com/2012/01/18/para-recordar-operacao-limpa-foi-acao-da-prefeitura-em-2005-para-dar-fim-a-cracolandia/>. Consultado em 18/06/2012.

⁴⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1602200618.htm>. Consultado em 08/08/2012.

⁴⁶ O ano de 2012 foi um ano emblemático, pois governos estaduais e municipais deflagraram diversas operações e intervenções repressivas de combate ao crack, combinando a atuação de forças policiais e de agentes de saúde, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁴⁷ Para mais, ver <http://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2991789/plano-de-acao-integrada-centro-legal>. Consultado em 10/02/2013.

⁴⁸ Vide <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18571-em-nova-fase-acao-anticrack-dispersara-moradores-de-rua.shtml>. Consultado em 08/08/2012.

da segunda etapa da Operação que, na visão da prefeitura e do governo do estado, seria favorecida pelas perseguições e pelas ações ostensivas realizadas pela PM, somadas à própria estratégia de *dor e sofrimento*, que faria aflorar nos usuários tais sentimentos e afetos *tão nobres*, forçando-os a buscar tratamento e acolhida pois, como *bem* declarou Luiz Alberto Chaves de Oliveira, coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania: "a falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. (...) Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. A *dor e o sofrimento* fazem a pessoa pedir ajuda."⁴⁹

No entanto, os dois efeitos imediatos da ação foram: uma enxurrada de críticas⁵⁰ por parte de todos os setores possíveis da sociedade - de usuários à ONGs, de acadêmicos à políticos profissionais - e a desterritorialização da cracolândia, graças à repressão policial e à *formidável* estratégia de perseguição *à la* gato e rato promovida pela PM, que favoreceu o *direito único* de "ir" dos usuários, promovendo enormes procissões de *crackeiros*⁵¹.

Mas o que tornou isto mais formidável é o fato de que, ao contrário da reação da Operação Limpa, a dispersão dos usuários e a formação de pequenas cracolândias por toda a cidade foi recebida com alarde e temor tanto pela sociedade civil, quanto pelo Estado - e ainda mais pelo Estado -, que nos últimos anos vinha atuando na cracolândia

⁴⁹ Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-quer-acabar-com-cracolandia-pela-estrategia-de-dor-e-sofrimento,818643,0.htm>. Consultado em 14/08/2013.

⁵⁰ Vide <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/01/um-ano-depois-operacao-na-cracolandia-coleciona-criticas-e-desrespeito-aos-direitos-humanos>. Consultado em 21/08/2013.

⁵¹ Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pm-escolta-procissao--do-crack-no-1-fim-de-semana-de-ocupacao-do-centro,820171,0.htm> e <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/ministerio-publico-quer-proibir-que-policia-realize-procissoes-do-crack-20120613.html>. Consultados em 13/06/2012.

buscando demarcar suas fronteiras através de um esforço hercúleo para sua reterritorialização na Nova Luz.

Transversais

Se não foi a primeira vez que práticas e estratégias securitárias e militares foram utilizadas pelo poder público na região, com a Operação Sufoco o grau de violência e arbitrariedade policial atingiu novos patamares, evidenciando a crescente articulação entre violência policial, mercado imobiliário e desprezo aos direitos mais elementares da população. O que fez com que uma base móvel da Defensoria Pública de São Paulo passasse a atuar na região da cracolândia recolhendo depoimentos de usuários sobre os acontecimentos recentes: desde abordagens indevidas e abusos de autoridade à agressões e atropelamentos de *crackeiros* por viaturas policiais⁵².

Além disso, a Defensoria distribuiu panfletos para os usuários e moradores da região com orientações básicas⁵³ para evitar abusos policiais, o que causou rebulição entre guardas civis metropolitanos e policiais militares, que alegavam que a partir de então os *suspeitos* abordados estavam usando o informativo para desacatá-los, enfrentando suas *palavras de ordem*.

É neste contexto caótico de graves violações aos direitos humanos, de supressão de princípios do Estado democrático de direito e de desperdício de consideráveis recursos públicos que se dá também a investida do governo federal contra o crack.

Pouco antes, em junho de 2010, na abertura da 12ª Semana Nacional Sobre Drogas, o então presidente Luís Inácio "Lula" da Silva havia declarado que era necessário travar uma guerra "sem dó nem piedade" contra o crack, articulando uma

⁵² Ver <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18711-na-mao-de-deus.shtml> e também <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/menino-foge-de-agentes-da-pm-e-morre-atropelado-no-rj>, relacionado a um caso ocorrido em operação similar no Rio de Janeiro. Ambos consultados em 10/06/2013.

⁵³ Tratava-se de um informativo que expunha direitos básicos como "ser tratado com educação e respeito", "ficar, sentar ou deitar ou reunir-se em local público, desde que pacificamente", "saber o motivo pelo qual está sendo abordado". Cf. <http://flitparalisante.wordpress.com/2012/01/07/defensoria-publica-e-direitos-humanos-usuario-na-mao-de-deus-pm-massacra-craqueiros/>. Consultado em 11/06/2013.

atuação conjunta entre o governo federal, estados e municípios, com o intuito de demonstrar capacidade de enfrentamento deste novo *inimigo da humanidade*⁵⁴.

Ainda antes, em maio, o governo federal lançou o Plano Integrado para Enfrentamento do Crack e outras Drogas, um projeto de 430 milhões de reais que abarcava investimentos para combate ao tráfico, para treinamento de equipes de saúde, para tratamento e reinserção social de usuários, assim como para pesquisas que possibilitassem o entendimento da droga e de seus efeitos.

No ano seguinte, em 2011, houve uma nova investida do governo federal, que criou o programa Crack, é possível vencer, que disponibilizou um montante de 4 bilhões de reais a serem investidos no seu combate.

Com ações estruturadas em três eixos - Prevenção, Cuidado e Autoridade (segurança pública) -, o programa buscou fazer a interface entre segurança e saúde, articulando não só governos estaduais e municipais nas suas ações, mas também governos distritais e sociedade civil organizada, implementando ações, compartilhando compromissos e responsabilidades, afinal, "enfrentar o crack, [é] compromisso de todos"⁵⁵.

Como parte da Política Nacional de Enfrentamento ao Crack, o programa tem o objetivo de, ao final de 2014, aumentar as redes de atenção à saúde, as redes de assistência social e as ações de prevenção, integrando-as e melhorando sua capacidade de acolhimento e apoio aos usuários e aos seus familiares. Também visa promover a *revitalização* dos espaços antes ocupados pelo uso do crack, desenvolvendo atividades de prevenção e de combate ao tráfico, trazendo *mais segurança* às comunidades⁵⁶.

⁵⁴ Ver <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/06/precisamos-travar-uma-guerra-sem-do-nem-piedade-contr-o-crack-diz-lula.html>. Consultado em 22/10/2012.

⁵⁵ Este é o subtítulo do programa.

⁵⁶ Na cartilha é possível encontrar as diretrizes e estratégias do programa e outras informações. Disponível para download em <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/cartilhas/32932>

Pode-se notar, portanto, como a guerra ao crack ocupa um espaço e um orçamento notáveis na macropolítica nacional⁵⁷, atraindo diversos recursos e movimentando uma miríade de códigos, posturas, saberes, práticas, instituições, sujeitos, tecnologias e poderes.

Entretanto, a questão latente é menos a de saber o que fazer com o crack e mais a de perceber como nos últimos quase cem anos, as ações relacionadas à proibição das drogas⁵⁸ e ao combate do tráfico no mundo já indicam explicitamente a nossa postura perante sua produção, seu comércio e seu consumo. Postura esta que se baseia no paradigma proibicionista, que busca a extirpação do vício e o banimento total de substâncias psicoativas e de tudo que for a elas relacionado.

E creio que vale relembrar que historicamente a discussão acerca da economia das drogas⁵⁹ é muito antiga⁶⁰. Remonta ao período das grandes navegações e descobrimentos do século XVI, às relações estabelecidas ao longo dos séculos seguintes entre Holanda, França, Alemanha, Espanha, Portugal e Reino Unido com a América do Sul e o Oriente, com destaque para as Guerras do Ópio e a assinatura dos Tratados de Nanquim em 1842 e de Tianjin em 1858.

.pdf. Consultado em 02/02/2014.

⁵⁷ Dilma Rousseff ratifica, em níveis macropolíticos, a mesma problemática, a mesma postura e as mesmas diretrizes do governo de Luís Inácio, colocando a questão da "epidemia" de crack no campo da saúde pública e promovendo seu enfrentamento - alicerçada pelo Plano Emergencial de Ampliação ao Acesso a Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (2009) e pelo Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (2010) - por meio do princípio da redução de danos, evitando recolhimentos e internações de usuários.

⁵⁸ Com referência ao tema da proibição e do combate às drogas a bibliografia é extensa. Sugiro conferir Escóhotado (2004), Rodrigues (2003, 2004), Passetti (1991), McAllister (1999).

⁵⁹ "Droga" é um conceito construído ao longo dos séculos, assim como todos as significações atreladas a ele. Nesse sentido, não devemos tomá-lo como acabado, mas como algo construído histórico-politicamente. Cf. Escóhotado (1998), Carneiro (2005a, 2005b), Venâncio (2005), MacRae (2008).

⁶⁰ Isso sem nem mencionar a própria relação do homem com substâncias psicoativas, o que já nos direcionaria há tempos ainda mais longínquos e imprecisos, a exemplo das relações dos nativos ameríndios com as folhas de coca, com o peiote e com a ayahuasca, assim como dos chineses e romanos que já se utilizavam do leite de papoula como medicamento.

Em paralelo, com o avanço da Química ao longo do século XIX, uma nova frente de investimentos surgiu graças ao isolamento de princípios ativos de diversas plantas, a exemplo do isolamento da morfina em 1803, da codeína em 1832, da cocaína em 1855 e da heroína em 1874.

Valendo-se de intensa divulgação publicitária, o consumo de cocaína, ópio e derivados invadiu a América e a Europa, sendo que tais substâncias podiam ser encontradas fácil e livremente - ou com muito pouco controle - em suas formas "puras", ou em vários produtos como vinhos enriquecidos, refrigerantes e outras bebidas, ou ainda como a solução para diversos problemas de saúde: xaropes, estimulantes, calmantes e analgésicos que aliviavam qualquer sintoma e aplacavam qualquer dor ou tosse.

Todavia, e apesar de terem sido utilizadas em ampla escala, na virada para o século XX a movimentação proibicionista na sociedade civil estadunidense⁶¹ deu seus primeiros passos, iniciando uma cruzada encabeçada por agremiações cívicas e religiosas favoráveis à proibição das drogas, consideradas então como as responsáveis pela violência e pela degradação e devassidão física e moral da população pobre, afirmação esta que era - e ainda é - atravessada por discursos e práticas racistas, preconceituosas e xenofóbicas⁶².

Foi precisamente na virada do século XIX para o XX que passou a existir um processo de regulação de substâncias psicoativas, implantado em 1906 nos EUA por meio da Lei Federal sobre Alimentos e Drogas que, apesar de não ter instituído a proibição efetiva de qualquer substância, passou a regulamentar os processos de produ-

⁶¹ Vide a quantidade de sociedades e ligas que lutaram pela moralização dos costumes e pela abolição do consumo substâncias como o álcool e outras drogas ao longo do século XIX, em especial o *Prohibition Party*, a *Woman's Christian Temperance Union* e a *Anti Saloon League*.

⁶² Drogas passaram a ser associadas a grupos e minorias *perigosas*, a exemplo do álcool, associado aos irlandeses, da maconha, associada aos mexicanos, da cocaína, associada aos negros e do ópio, associado aos chineses.

ção e de venda, criando uma problemática inédita sobre um campo ainda em expansão e desenvolvimento.

Agora elevada ao plano das intervenções governamentais internacionais, a movimentação proibicionista se definiu em 1909 pela realização da Conferência de Xangai, que reuniu representantes dos EUA - principal incentivador do encontro -, representantes do império chinês e potências coloniais como Reino Unido, França, Holanda e Alemanha para discutir limites à produção e ao comércio de ópio e seus derivados.

Ainda que não tenha servido diretamente aos propósitos do governo estadunidense e que não tenha determinado resoluções impositivas acerca das drogas, a Conferência foi o primeiro de uma série de encontros diplomáticos que aprofundaram a racionalidade e as limitações proibicionistas.

Representando o marco inicial da preocupação internacional sobre substâncias psicoativas, o encontro estabeleceu as bases para a realização tanto das conferências que se seguiram, quanto da própria macropolítica interna dos EUA, que em 1914 recrudesceu sua política de drogas com o *Harrison Act*, a primeira lei que proibia explicitamente qualquer uso de drogas sem determinações médicas.

Visando o controle sobre a produção, o fornecimento e a posse de ópio, morfina e cocaína, a lei criou o *Narcotics Control Department*, departamento que seria responsável pelas ações e investidas ligadas à proibição.

Foi com e a partir dela, somada à imposição da mediação do saber-poder médico, que vimos aparecer uma nova questão: a necessidade da criação de um novo tipo de estrutura que permitisse o fornecimento de substâncias psicoativas livres de receitas e de taxações estatais.

E, de fato, o consumo, apesar da lei, não se restringiu aos tratamentos médicos, dando espaço para a criação de um mercado ilegal destinado à todos aqueles que desejavam persistir no uso de suas substâncias prediletas.

Eis que estava legalmente inaugurado o mercado ilícito de drogas, delineando os primeiros passos da economia do tráfico.

Contudo, o governo dos EUA ainda deu um passo adiante: em 1919 aprovou a Lei Seca, que coibiu toda a produção, distribuição, importação, exportação e consumo de álcool no país.

Consagrando o proibicionismo, o *Volstead Act* tornou-se o seu próprio paradigma, definindo pela primeira vez a necessidade de se erradicar uma substância do mercado nacional.

Entretanto, a Lei Seca acabou por promover a formação de diversas organizações ilegais - e consequentemente criminosas - que passaram a explorar o comércio do álcool e toda essa nova economia de substâncias que agora figuravam no panteão das *drogas ilícitas*, causando a expansão desmedida de crimes relacionados ao tráfico, o que incluiu a formação de toda uma rede de corrupção que atravessa(va) todos os níveis institucionais do país.

Mesmo após a sua revogação, doze anos depois, é inegável que tal campo de ilegalidades só cresceu e floresceu, de modo que não é difícil constatar que produtores, negociantes e consumidores não só foram lançados na ilegalidade pela proibição, como são seus filhos pródigos, categorizados a partir de então nas figuras do traficante e do usuário de drogas que, ao entrarem no mundo penal, deram seu passo para o "outro lado"⁶³ do sistema econômico-social, tornando-se alvo privilegiado de iniciativas antidrogas, de aparatos repressivos dos Estados e unindo-se com aqueles que estavam

⁶³ Em minha perspectiva não existe "o outro lado", visto que o proibicionismo e as ilegalidades são complementares, formando um dispositivo geminado que os conjuga perfeitamente. Cf. Foucault, 2008b.

também à margem da sociedade, agora recrutados pelo nascente narcotráfico: miseráveis e indesejáveis como moradores de rua, prostitutas, crianças e jovens pobres, órfãos abandonados e toda uma população que, como dito anteriormente, constitui uma ameaça política à boa ordem e aos bons costumes.

No entanto, apesar de todo este cenário, a utopia proibicionista de erradicação do tráfico e das drogas já havia se instalado nos EUA, que não só não reconsiderou sua posição sobre suas políticas repressoras, como as enrijeceu a partir do processo de legalização do álcool, ratificando, fortalecendo e criando medidas legais sobre psicoativos já proibidos como cocaína, ópio e derivados, e sobre outros que ainda não sofriam restrições diretas, tais como a maconha e a heroína.

Foi na década de 1960, mais especificamente em 1961, que o proibicionismo extrapolou definitivamente as fronteiras estadunidenses, sendo universalizado na Convenção Única Sobre Entorpecentes, que buscou englobar em um único instrumento internacional todas as determinações de controle da produção, fabricação, exportação, importação, distribuição, comércio, uso e posse de *entorpecentes*, elevando inclusive a própria Organização das Nações Unidas ao cargo de nova responsável pela sua fiscalização internacional, buscando estabelecer uma cooperação mútua entre os Estados-membro e as organizações internacionais que promoveriam um combate efetivo e generalizado a tudo aquilo que foi tido como ilícito.

Na própria sede da ONU em Nova Iorque foram delineados, portanto, os modos de proceder dos Estados com relação à substâncias psicoativas ilegais e todos aqueles relacionados a elas, estabelecendo as posturas que perduram até hoje e fortalecendo e

articulando os duplos dependência-tratamento, tráfico-repressão, criminalização-eliminação⁶⁴.

Mas onde entraria o Brasil neste processo? Bom, o Brasil enveredou cedo por este caminho, na esteira da transnacionalização do controle de drogas ilícitas incentivado pelos Estados Unidos.

Já em 1920 foram aprovadas as primeiras leis para enfrentamento do suposto problema de saúde pública causado pelos psicoativos e, desde então, estivemos sobre a batuta das posturas estadunidenses, o que inclusive influenciou a própria montagem da estrutura, das práticas e da mentalidade de nosso exército e, principalmente, de nossas forças policiais⁶⁵.

Convertendo os usuários e comerciantes em criminosos, o proibicionismo verde e amarelo acirrou o exercício seletivo dos poderes punitivos sobre migrantes, pobres, negros e favelados, que passaram a constituir o imaginário do *suspeito padrão policial*, alvo predileto de nossas políticas de segurança e habitante privilegiado de nosso sistema carcerário⁶⁶.

E é importante salientar que nossa adesão ao proibicionismo não fez distinção entre períodos democráticos e ditatoriais, haja visto que a Convenção Única de 1961 foi assinada pelo presidente Jânio Quadros e ratificada pelos militares, que também apoiaram

⁶⁴ Existiram outras várias conferências, bem como a promulgação de diversas leis e atos a favor da proibição das drogas nos Estados Unidos e no mundo. Optei por citar apenas aquelas que balisaram as práticas contemporâneas acerca do assunto, dado que este não é o ponto principal deste trabalho, mas sim um esforço para mostrar como a questão das drogas veio a se constituir em uma engrenagem fundamental da máquina-crack.

⁶⁵ É mais do que sabido que diversos países ao redor do mundo corroboraram o modelo de militarização da guerra às drogas praticado pelos EUA, contando com seu apoio financeiro e treinamento para enfrentamento do tráfico, prática que foi ampliada após os anos 1980, a exemplo da criação do Plano Colômbia em 1999 e da Iniciativa Mérida em 2008.

⁶⁶ Na realidade nem todos são alvos da lei e isso pode ser facilmente atestado entrando em qualquer delegacia, cadeia ou prisão. A maioria dos criminosos é composta por membros da população pobre e por aqueles que são categorizados como desviantes, perigosos ou minorias, variando portanto de país para país: no Brasil, por exemplo, os *privilegiados* são os negros, os mulatos, os nordestinos e os favelados, enquanto nos EUA são os imigrantes, os latinos, os hispânicos e os negros.

a *war on drugs* promovida pelo presidente Richard Nixon⁶⁷ e que, além disso, deram um passo adiante ao aprovar em 1976 a Lei de Tóxicos⁶⁸, consolidando o proibicionismo canarinho.

Apesar disso, a posição do Brasil nos fluxos internacionais do tráfico de *entorpecentes* ainda era extremamente discreta. Pode-se dizer inclusive que a Lei de Tóxicos era mais severa do que as práticas efetivas envolvendo drogas ilícitas no país.

Este exagero e este endurecimento legal acabaram por auxiliar, em um processo similar ao dos EUA, a própria construção do narcotráfico legitimamente nacional, a exemplo da formação do Comando Vermelho no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1980.

Na década seguinte, apesar da criação da Lei de Crimes Hediondos⁶⁹, do Sistema de Vigilância Amazônico⁷⁰, da Secretaria Nacional Antidrogas⁷¹ e da crescente presença dos militares na guerra contra as drogas, o tráfico no país tomou novos contornos, de maneira que deixamos de ser apenas um corredor para exportação, principalmente da cocaína andina para a Europa e para os EUA, assumindo a função de proeminente

⁶⁷ Em 1971 o então presidente dos EUA determinou que os psicoativos ilícitos eram os principais inimigos da América, aprofundando medidas coercitivas, aumentando ações policiais de busca e apreensão de drogas ilegais e do combate aos grupos clandestinos e às redes de tráfico, agora definidas pela divisão maniqueísta entre países produtores de drogas ilícitas e países consumidores, divisão esta que colocava os Estados Unidos na posição de vítima, atacada e corrompida por países agressores do "terceiro mundo", em especial da América Latina e da Ásia, responsáveis pelo tráfico de cocaína, heroína, maconha, LSD e outras substâncias.

⁶⁸ Brasil. Lei n° 6.368, responsável pelo estabelecimento da distinção entre "traficante" e "usuário" e pelo enrijecimento das penas destinadas aos negociantes ilegais.

⁶⁹ Esta lei (n° 8.072/90), aprovada no governo Fernando Collor de Mello, equipara o tráfico de drogas às práticas de tortura e terrorismo.

⁷⁰ Criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e sob comando da Força Aérea, visa o monitoramento do território amazônico (espaço aéreo, superfície e subsolo), justificado principalmente pelo combate ao narcotráfico, que possui rotas de transporte na região.

⁷¹ Criada também no governo de Fernando Henrique Cardoso em princípio atuaria na coordenação das ações antidrogas no país, porém acabou tornando-se um órgão de criação de campanhas, debates e similares sobre drogas.

processador de pasta base, contando com centros de consumo próprios importantes como Rio de Janeiro e São Paulo⁷².

Contávamos a partir de então com organizações narcotraficantes que prosperavam e teciam suas redes de poder e influência, erguendo seus espaços de autoridade junto às instituições estatais, dando força ao mercado ilegal, agora permanentemente protegido sob a égide da proibição e da guerra às drogas, reforçadas ao longo da década de 2000 com a aprovação da "Lei do Abate"⁷³ em 2004, da criação do Sistema Nacional de Política sobre Drogas⁷⁴ em 2006 e da aprovação da lei complementar n° 136⁷⁵ em 2010.

⁷² Os ingleses estão certos quando afirmam que a necessidade é a mãe da invenção. Com o passar do tempo e o fechamento do cerco ao narcotráfico, os traficantes passaram a desenvolver estratégias cada vez mais criativas para manter seus negócios. Como exemplos temos desde a criação de submarinos -improvisados ou não - e empresas aéreas, ao tráfico utilizando insetos e filhotes de cachorros. Ver <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/traficantes-de-drogas-iriam-comprar-submarino-e-montar-empresa-aerea.html> e <http://discoverybrasil.uol.com.br/imagens/galleries/metodos-para-o-trafico-de-drogas/>. Consultados em 23/05/2014.

⁷³ Brasil. Decreto n° 5.144. Regulamentou a possibilidade de abate de aeronaves não autorizadas no espaço aéreo nacional, dado que este é um dos modos mais comuns de entrada de substâncias ilegais no país.

⁷⁴ O SISNAD foi criado pela lei n° 11.343, prescrevendo medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, estabelecendo também normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito. Realizou a separação entre "usuário" - problema de saúde pública - e "traficante" - problema de segurança pública -, o que foi em si um quase-avanço, e digo quase porque a lei não definiu a quantidade de substância ilícita que tipificaria as categorias, fazendo operar - como de costume - a seletividade penal, visto que a tipificação fica a cargo do delegado de polícia. Ainda assim, supostamente a lei veio acompanhada de um certo favorecimento progressista, promovendo uma mudança de discurso: de *contra* as drogas, a política nacional passou a ser *sobre* drogas.

⁷⁵ Regulamentou o uso das Forças Armadas em questões de segurança pública e lhe concedeu "poder de polícia" da Polícia Federal, permitindo a revista de pessoas e veículos nas fronteiras do país.

Rastros

Em 1912, a Convenção de Haia sobre o Ópio, o primeiro tratado internacional de controle de drogas e um dos principais marcos da formação do proibicionismo, se propôs a extirpar as drogas do mundo.

Pouco mais de um século depois de sua realização, é óbvio que o acordo não só não cumpriu com aquilo a que se propôs, como fez surgir toda uma série de novas drogas que extrapolaram a farmacopeia moderna e escaparam dos controles e regulações já estabelecidos e praticados no planeta.

Estas novas drogas possuem uma característica peculiar pois, diferentemente da maconha, dos opiáceos e da cocaína, são substâncias ilícitas desde a sua criação, sendo sempre associadas a um consumo disfuncional.

A exemplo disso temos o crack, que prestou-se não só à reconfiguração e manutenção do modelo proibicionista, como foi capaz, de um lado, de reatualizar os discursos e práticas ligadas ao proibicionismo e, de outro, de redimensionar todo o tipo de enunciados demonizadores das drogas, sendo o próprio crack o melhor exemplo, dado que popularmente diz-se que ele é feito das raspas do chifre do próprio demônio.

Inserido em um contexto de ampliação da miséria, a expansão mesma do crack é fruto de todo um processo progressivo de miserabilização e empobrecimento que vem se estendendo há pouco mais de trinta anos, principalmente no centro de grandes cidades no Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Los Angeles, Nova Iorque e Chicago nos EUA.

Nesse sentido, o aparecimento e o desenvolvimento de um mercado voltado aos miseráveis e *excluídos* permitiu a circulação de "produtos da miséria", produtos de baixíssimo custo e qualidade duvidosa, que possibilitaram a manutenção do uso de

substâncias psicoativas por parte daqueles que cada vez menos podiam obter uma droga de boa qualidade, seja ela sua preferida ou não.

Contudo, é importante frisar que o surgimento dessas novas substâncias e desses novos modos de consumo, partiram usualmente da necessidade dos próprios usuários, que antes mesmo dos *narcotraficantes*, desenvolveram suas próprias combinações e misturas, que viriam a ser capturadas depois pelo tráfico, passando ele a ser o responsável pela sua produção, distribuição e comércio, já com seus preços e métodos próprios.

Como exemplo dessa dinâmica, podemos citar o caso de Salvador onde, antes da chegada do crack às suas bocas de fumo, já era possível encontrar uma substância chamada de "cascão", que era fumada em latas, copos plásticos e cachimbos e preparada pelos usuários misturando cocaína em pó com alguma substância alcalina.

Dito isto, é possível perceber a existência de uma dinâmica própria à economia das substâncias psicoativas ilegais. Uma dinâmica que por breves momentos ultrapassa e escapa às determinações tanto do tráfico, quanto dos governos. O que não é em si um grande problema em matéria de lucratividade, posto que a criação, fabricação e experimentação de novas substâncias a partir dos saberes e técnicas detidas pelos próprios usuários acaba por favorecer os traficantes com a abertura de um novo campo de investimentos e melhorias nos seus produtos.

O que, por sua vez, tem desfavorecido governos e organizações internacionais no combate às drogas, por conta da dificuldade em encontrar informações e amostras destas novas substâncias, que justamente por serem consideradas ilícitas a priori, não

permitem a fácil localização de dados sobre suas fórmulas, sua produção, seus efeitos, seu comércio, sua lucratividade, etc⁷⁶.

Situação esta que fica evidente, por exemplo, na fala de Lula durante a já citada Semana Nacional sobre Drogas, onde o ex-presidente alegou que apesar da guerra ao crack ser necessária: "estamos diante de um inimigo desconhecido, muitas vezes só conhec[ido] [pel]as vítimas. [De maneira que] nem o Brasil nem qualquer outro país do mundo está preparado para enfrentar essa questão do crack. (...) Temos que conhecer esse nosso novo inimigo e, rapidamente, saber como tratá-lo"⁷⁷.

Fala que, em grande medida, sustenta todo o pânico moral que atravessa nossa sociedade acerca das drogas, reforçando a paranoia da mídia, do imaginário social e das políticas e medidas alarmistas tomadas pelo nosso governo, o que prejudica consideravelmente usuários, famílias e instituições que atuam no seu tratamento.

À margem, portanto, de todo um mercado de altíssima lucratividade para ambos os *lados* - governos e tráfico -, tais drogas não-toleradas⁷⁸ são facilmente tidas como a causa da miséria e da exclusão de parcelas menos favorecidas da população, ao invés de serem entendidas como sintoma deste processo, escamoteando o fato de que essa população que se envolve com os ilegalismos muito frequentemente já se encontra no limite da pobreza.

⁷⁶ Eventualmente acontece de algo como uma receita de droga ser encontrada, mas isso é incomum e raramente é confiável. Um exemplo disso pode ser visto no ano passado, quando agentes penitenciários de uma penitenciária paulista apreenderam uma "receita" de crack no interior de uma cela. Vide <http://www.jcnet.com.br/Regional/2013/09/agentes-apreendem-receita-de-crack-em-cela-de-presidio.html>. Consultado em 19/03/2013.

⁷⁷ Ver <http://noticias.terra.com.br/brasil/lula-guerra-contra-o-crack-deve-ser-39sem-do-e-sem-piedade39,047a4bc92690b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Consultado em 21/06/2012.

⁷⁸ Nossas sociedades costumam ter períodos de demonização e períodos de tolerância. Um bom exemplo disso é o ocorrido com a maconha, que já foi chamada de "cigarrinho do diabo" e que hoje já teve seu comércio e produção legalizados em partes do globo. No Brasil tem sido fomentado o debate a favor de sua legalização, o que já ocorreu em nosso vizinho, o Uruguai, que, diga-se de passagem obteve resultados interessantes. Ver <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/ap%C3%B3s-regula%C3%A7%C3%A3o-mortes-por-tr%C3%A1fico-de-drogas-chegam-a-zero-no-uruguai-1.856721>. Consultado em 10/07/2014.

Nesse sentido, há de se pensar as drogas como sintoma ou alternativa na vida dessas pessoas, garantindo sua existência no mundo. Fato que torna mais do que comum a resposta de que a droga, especialmente o crack, confere ao seu usuário uma superpotência que o transforma em um super homem, em uma super mulher, em tudo aquilo que lhe foi imposto, em tudo aquilo que almejava e em tudo aquilo que nunca conseguiu ser ou ter.

Todavia, a questão que me parece mais urgente é a do aparecimento de substâncias dotadas de um potencial fatal considerável. Produtos da miséria, drogas como a sisa, o krokodil, o nyaope, o oxi e o crack têm surgido como o efeito direto da exclusão e pauperização gerada pelas nossas escolhas políticas e econômicas ao redor do mundo, criando uma tendência global de aparecimento de novas drogas cada vez mais tóxicas em áreas assoladas pela miséria.

A exemplo disso, podemos observar o caso da sisa na Grécia, perfeito para o entendimento deste novo cenário e desta nova economia das drogas.

Bom, se há dez anos Atenas sediou as Olimpíadas, desde então a cidade veio se transformando, sobretudo após o início da crise financeira que atingiu o país ao fim de 2009.

Até o seu começo, cinco anos atrás, era uma raridade encontrar moradores de rua, mendigos, trombadinhas, prostitutas, traficantes e marginais na cidade, com os efeitos da crise e a consolidação de uma série de medidas de austeridade no país, o número destes infames cresceu consideravelmente, em grande medida por conta da elevada taxa de desemprego e da inexistência de formas legais de trabalho e sustento, o que fez aumentar a atração dos mercados de prostituição e de drogas enquanto possibilidade de constituição de uma renda, além dos problemas relacionados à exclusão social, ao abuso de drogas e ao aumento da criminalidade.

Esta nova população emergente de indesejáveis passou a perambular cada vez mais pela cidade, ocupando e transformando becos, ruas, praças e parques, a exemplo da rua Kapodistriou, que tornou-se uma mistura das ruas Mauá e Dino Bueno - ambas situadas na cracolândia paulistana -, as praças Omonia e Kannigos, que transformaram-se em algo como o Largo General Osório e a Praça Júlio Prestes - também na cracolândia do bairro da Luz -, e Exarchia, tradicional bairro ateniense que tornou-se uma zona de conflitos entre traficantes, usuários de drogas, imigrantes, gangues, anarquistas e policiais que, diga-se de passagem, tem recebido diversas denúncias de acobertamento de ações realizadas pelos traficantes contra os grupos anarquistas e de participarem do tráfico de siza na área.

Em 2012, foi publicado no jornal *Drugs and Alcohol Today* um artigo intitulado “Crise Econômica na Grécia: Riscos e Desafios da Política e Estratégia de Combate às Drogas”, onde o autor, Charalampos Pouloupoulos (2012), diretor da Kethea - organização antidrogas e de reabilitação mantida pelo governo grego - mostra como o desastre econômico heleno exacerbou o uso de drogas no país e como as taxas de consumo de drogas e álcool, assim como os problemas de saúde mental relacionados a isso, aumentaram e continuariam a aumentar enquanto a recessão persistisse.

Charalampos também demonstra a redução do suporte à população de usuários de drogas, juntamente com a precarização dos serviços públicos de saúde, com destaque para os programas e clínicas especializadas em reabilitação e desintoxicação de usuários, cujos orçamentos foram reduzidos ou cortados, desencorajando a busca por tratamentos.

E foi precisamente entre o aumento das vulnerabilidades financeiras, médicas, mentais, psicológicas, vocacionais, educacionais, legais, familiares e habitacionais da população, e o desenvolvimento de uma realidade atravessada pela instabilidade e pela

pobreza generalizada e em expansão, que surgiu a sisa, chamada pelos gregos de "cocaína dos pobres"⁷⁹.

Enquanto a heroína era a droga mais consumida em Atenas⁸⁰, Charalampos mostra como a partir de 2011, momento em que os efeitos da crise econômica passaram a ser mais calamitosos, os usuários de drogas se tornaram mais autodestrutivos, principalmente na região da capital, onde mais ou menos neste período, a sisa aparece, deixando para trás a heroína, a metanfetamina e o crack, tornando-se a droga das ruas.

Produzida em laboratórios caseiros a partir da mistura de seu ingrediente básico, a metanfetamina⁸¹, com barbitúricos e outros excipientes como óleo de motor, shampoo, ácido de bateria e sal de cozinha, expandiu-se rapidamente pelo mercado ilegal grego.

Cabe situar que obviamente não existem dados oficiais que confirmem e identifiquem uma fórmula padrão, o que tem transtornado o Laboratório Químico Estatal Geral da Grécia, que não consegue obter um número considerável de amostras para chegar a uma conclusão.

A shisha, nome que advém dos cachimbos de vidro utilizados nas culturas árabes para fumar haxixe, atrai não só um público que saiu do mercado de outras drogas, mas também um *novo* público, composto por uma parcela da população que foi impiedosamente impactada pelo colapso grego, perdendo muito ou, as vezes, tudo que possuía: moradia, emprego, reservas financeiras, etc.

Custando dois euros por cachimbo e com um efeito mais rápido e um *barato* mais longo que o da cocaína, a droga pode ser também aspirada e injetada, porém, por

⁷⁹ Há uma ótima reportagem sobre seu surgimento realizada por Alex Miller para a Vice News. Chamada "Sisa: cocaine of the poor", foi de grande utilidade para o desenvolvimento deste trabalho. Disponível em http://www.vice.com/en_uk/vice-news/sisa-cocaine-of-the-poor-full-length. Consultado em 09/06/2014.

⁸⁰ Principalmente por conta do aumento de sua produção no começo dos anos 2000 e do consequente aumento de oferta, acesso e bons preços na Europa.

⁸¹ A droga tem como ingrediente básico a metanfetamina e inclusive não é incomum encontrar dados afirmando que a shisha é uma forma mais vulgar de metanfetamina, devido a utilização de compostos mais baratos na fabricação para baratear seu custo.

ser uma substância composta de uma mistura de alta toxicidade, seu uso é extremamente danoso - principalmente se injetada - trazendo efeitos colaterais como ataques cardíacos, ataques de agressividade, delírios, insônia, úlceras e até mesmo a morte, isso sem mencionar, como apontou Pouloupoulos, o aumento alarmante de 50% no número de casos de usuários que contraíram HIV desde 2011, o que é mais do que preocupante, dado que a Grécia é um dos maiores mercados de drogas da União Europeia, juntamente com o corredor do tráfico que atravessa países como Irã, Iraque, Turquia e Balcãs, especialmente a Rússia, que em 2011 era a maior consumidora de heroína do mundo.

Apesar dos esforços do governo russo, que há vinte anos luta contra a plena expansão do uso da droga no país, suas diversas ações para combate de sua produção e distribuição na fronteira afegã apenas dificultaram sua entrada, elevando consideravelmente seu preço.

Desconsiderando ações para diminuir a demanda da droga e ignorando programas contra a pobreza e a criação de clínicas de reabilitação e tratamento de usuários, o Estado russo - assim como o brasileiro e uma infinidade de outros - combateu apenas o tráfico e, como resultado, viu progredirem problemas sociais, políticos, financeiros e de saúde, que abriram espaço para a manutenção e o aumento da demanda por drogas, preferencialmente por drogas baratas e de fácil obtenção.

Foi neste contexto que a Rússia viu surgir no fim dos anos 2000, na sua fronteira com o Cazaquistão, uma nova invenção grotesca: o krokodil, outra droga nova associada à pobreza e à miséria, que no caso russo foram herdadas principalmente da queda e do colapso da URSS⁸².

Novokuznetsk, próxima à fronteira, considerada uma das grandes da indústria e da mineração soviética dos anos 1930, tornou-se uma das portas de entrada da heroína e

⁸² Ver outra ótima reportagem publicada pela Vice, intitulada "Krokodil tears". Disponível em <http://www.vice.com/vice-news/siberia-krokodil-tears-full-length>. Consultada em 11/06/2014.

do krokodil no país, ficando conhecida por ter um quinto da população viciada em heroína e por ter sido palco do crescimento do uso desta nova droga, destacadamente em Zavodskoy.

Este distrito, antes ocupado pelos trabalhadores da mineração e da indústria, tornou-se uma vizinhança abarrotada de edifícios abandonados, ocupados por moradores de baixa ou nenhuma renda e usuários de drogas⁸³, que misturados à uma infinidade de lixo e seringas, fabrica ou apenas utiliza o krokodil em seus mocós.

A droga apareceu como opção mais barata da heroína, custando um décimo do seu preço, por volta de dez reais, e tendo a vantagem de poder ser feita caseiramente para uso próprio, ainda que possa ser encontrada também - para uso ou venda na região e proximidades - no Mercado Municipal da cidade, local onde igualmente é feito o tráfico de heroína, chegada pela *golden rout* por meio de caminhões vindos do Afeganistão e do Cazaquistão.

A desomorfina, opiáceo derivado da morfina, é uma droga fácil de ser fabricada, já que todos seus ingredientes não são controlados pelo Estado e podem ser comprados em qualquer farmácia.

A extração do seu princípio ativo, a codeína, se dá a partir da mistura de qualquer fonte que o contenha - como comprimidos de paracetamol -, com solventes orgânicos como gasolina e uma base forte como a soda cáustica.

O processo também implica na utilização de uma solução ácida - como o ácido clorídrico -, de iodo e de fósforo vermelho, utilizados para reduzir o princípio ativo à desocodeína, ou desomorfina, dependendo do princípio encontrado na fonte.

⁸³ Este processo tem ocorrido com frequência em diversas áreas do planeta, a exemplo do acontecido com o Wyndford, conjunto habitacional em Glasgow (Escócia). Além disso, outras áreas inconcebíveis estão sendo ocupadas por usuários e miseráveis, como a "cracolândia subterrânea" e os esgotos de Bucareste (Romênia). Ver http://www.vice.com/pt_br/read/drogas-e-tristeza-nos-guetos-verticais-de-glasgow e http://www.vice.com/pt_br/read/criancas-do-esgoto. Consultados em 30/08/2013.

O produto final é injetado pelo usuário em suas veias, comumente após a administração de uma mistura de remédios para náuseas e enjoo - como o dimedrol - e de tropikamid, colírio que acaba por favorecer a *viagem* da droga.

Seus efeitos são semelhantes aos de outros opiáceos, abarcando desde euforia, sedação e analgesia à constipação, náuseas e vômito, pruridos, retenção urinária, diminuição da libido e depressão respiratória, além de possíveis complicações médicas como insuficiência respiratória, reações alérgicas e convulsões.

Por ser uma droga regularmente feita em casa⁸⁴ com os compostos que se tem a mão e sem nenhum "rigor laboratorial", o produto é frequentemente muito impuro e ácido, o que acarreta em danos consideráveis ao usuário, sendo inflamações, infecções, abscessos, gangrenas, tromboflebite e descoloração e enrugamento da pele - daí o nome "crocodilo" - são os mais comuns.

Somando-se a isso, por conta de seus efeitos terem uma curta duração em comparação com a morfina e a heroína, é comum a necessidade de injeções regulares, o que aumenta os riscos de contração de hepatite C e aids, fora o fato de que a droga deixa fortes sequelas psicomotoras e causa danos letais aos usuários: destruição de vasos sanguíneos e de tecidos, músculos, cartilagens, ossos e órgãos, o que deu ao krokodil a fama de *flesh-eating zombie drug*⁸⁵, algo como "droga comedora de carne de zumbi".

Sendo consideravelmente viciante e de difícil tratamento, é recorrente usuários morrerem durante o processo de recuperação⁸⁶, graças à lentidão de sua desintoxicação,

⁸⁴ É possível encontrar diversos vídeos na internet em que a feitura do krokodil é feita ao vivo. Sugiro a reportagem feita por Emanuele Satolli para a revista Time. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=w2FEPnY4rco>. Consultado em 23/06/2014.

⁸⁵ A internet é infestada de fotos e vídeos acerca do krokodil e seus efeitos sobre os usuários, um exemplo pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=my0U1Lipeek>. Consultado em 23/06/2014.

⁸⁶ Se pensarmos em outras drogas, alguns usuários estão morrendo antes do tratamento, na fase de feitura da droga. A exemplo disso temos os diversos acidentes envolvendo *viciados* em crystal meth - muito comum nos EUA - que passaram a fabricar os cristais de metanfetamina em casa por meio de um método conhecido como *shake and bake* - agitar e assar -, onde eles

aos severos efeitos colaterais causados pelo seu consumo e à falta de estrutura do governo, que não tem meios para assessorar os usuários, que usualmente são enviados para centros de reabilitação e organizações privadas, que comumente promovem tratamentos associados à religião, à exemplo da *Teen Challenge*, associação de caridade cristã estadunidense que mantém centros de reabilitação na Rússia para usuários de várias drogas.

Em situação similar está o estado sul-africano, que viu a falência de sua rede de assistência social e de saúde graças à falta de recursos, de pessoal, de treinamento e de orçamento para tratamento e desintoxicação de usuários de drogas.

Em áreas dominadas pelo desemprego, pela pobreza e pela miséria, surgiram novas drogas como o whoonga - comum em Durban, costa leste do país -, o tik - comum na província do Cabo Ocidental - e o nyaope, comum na província de Gauteng, onde localizam-se Johannesburgo, Pretoria e Soweto.

O uso abusivo de nyope tornou-se um dos maiores problemas sociais e de saúde do Estado sul-africano, que classificou apressadamente a droga como substância proibida, criminalizando sua fabricação, tráfico e utilização, o que não melhorou em nada a situação calamitosa relacionada aos crimes atrelados à sua utilização e comércio.

Com nomes que variam com o local de compra, o nyaope apareceu por volta de 2006 nas cidades da África do Sul, tornando-se rapidamente uma das principais drogas de rua devido principalmente ao seu baixo preço - em torno de seis reais -, ao seu poder viciante e por ser uma opção às drogas mais caras como a heroína, que devido ao seu preço não cabiam mais no orçamento dos usuários.

A droga, inclusive, é uma combinação de heroína - mais barata, menos refinada e mais tosca - com dagga - planta considerada substituta da maconha e utilizada para

misturam e batem os ingredientes em uma garrafa pet, correndo o risco de explosão da mistura, graças à instabilidade da reação. Ver http://www.vice.com/pt_br/read/viciados-em-metanfetamina-continuam-pondo-fogo-em-si-mesmos. Consultado em 07/08/2013.

fins medicinais e recreacionais - e uma série de outros ingredientes incomuns como talco, leite em pó ou fermento em pó, veneno de rato e produtos pra limpeza de piscina, somados à medicamentos antiretrovirais usados em coquetéis contra a Aids.

Certamente sua fórmula possui características anedóticas, mas ela não é totalmente inconcebível, pois foi criada em ambiente caseiro, a partir de processos de experimentação que permitiram a utilização do que quer que estivesse disponível na hora do preparo dos cigarros.

Famosa por ser considerada uma droga cuja recuperação é quase impossível, o nyaope se alastrou entre jovens e *menores*, o que levou Mokgethi Balepile, diretora do *Sanca Central Rand* - organização que promove auxílio, assistência e tratamento para usuários, dependentes e suas famílias - a afirmar que "o problema com o nyaope é que mesmo quando mandamos esses jovens para a reabilitação, eles retornam para ambientes onde não há empregos, não há oportunidades, [voltando] a utilizar o nyaope pois ele é barato e pode ser encontrado em qualquer lugar das cidades. Eles também começam a cometer crimes para conseguir dinheiro para o nyaope, pois ele precisa do próximo cigarro"⁸⁷

Esta situação é similar à vivenciada por muitos usuários de oxi e crack, drogas que apareceram nos últimos vinte e cinco anos no Brasil e que por proporcionarem efeitos intensos, porém consideravelmente curtos - de cinco a dez minutos -, fazem com que muitos de seus usuários desenvolvam rotinas de consumo frenético, sendo comum encontrá-los fazendo uso contínuo e ininterrupto da droga, consumindo dias a fio, sem fome, frio ou sono, até sua exaustão somática ou financeira.

⁸⁷ Ver http://www.iol.co.za/news/crime-courts/cheap-high-is-taking-families-down-1.1509616#.U8Xl_fldV8E. Consultado em 27/06/2014.

O oxi, preparação mais bruta e mais barata da cocaína, também apareceu como opção mais em conta para o público miserável, custando até quatro vezes menos que o crack.

Entrou no Brasil em 2004 pelas fronteiras do Acre com Bolívia e Peru, ficando restrito às regiões norte e nordeste do país pelo menos até 2011, quando em março aconteceu em São Paulo sua primeira apreensão divulgada⁸⁸, momento a partir do qual passou a ser encontrado na cracolândia e nas periferias paulistanas.

Feito a partir da mistura de pasta base de coca com querosene - ou gasolina - e cal, possui uma *lombra* mais *potente* que o crack, porém seus efeitos colaterais são mais danosos por conta dos ingredientes utilizados em sua fabricação, causando problemas como náusea, vômito, tosse, sufocamento, tremores, convulsões - todos associados ao querosene -, irritação nos olhos, perda parcial da visão e até cegueira - por conta do vapor de cal - e queimaduras pela boca e pelo sistema respiratório.

Assim como o crack, é um novo sistema de liberação de cocaína, que ao contrário de seu sal - o hidrocloreto de coca -, pode ser fumado, garantindo um efeito imediato no cérebro - de 10 a 15 segundos - por conta da rapidez da absorção da substância pelos pulmões, causando aumento de energia, redução de fadiga e estado de alerta.

Para além do prazer gerado, notavelmente fugaz diga-se de passagem, o consumo de oxi e crack produz uma intoxicação brutal, uma *inundação cocaínica* de consequências extremamente graves, como o surgimento de parkinsonismo precoce, crises estrondosas de abstinência e morte

Entretanto, o crack possui algumas peculiaridades com relação à sua fabricação - que tem sido cada vez mais levada a sério pelos traficantes brasileiros -, ao seu

⁸⁸ Ver <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sp-policia-faz-maior-apreensao-de-oxi-no-varejo-no-pais,ea18d80f85bda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Consultado em 29/06/2014.

comércio - alvo de regulações específicas por parte de criminosos e traficantes - e ao seu consumo - que nos últimos anos atingiu diferentes partes da sociedade, inclusive partes que conseguiram promover um uso diferenciado da substância, consumindo-a de forma funcional.

A importância desta droga no país demonstra, portanto, não só sua rentabilidade, mas também a necessidade de sua existência, em grande medida pelo seu baixo valor de compra, pela facilidade de obtenção e fabricação e pela existência de um número crescente de usuários.

Vale lembrar que o crack, como o oxi, utiliza no seu processo de fabricação a pasta base da cocaína que, a partir da adição de bicarbonato de sódio, é transformada nas famosas pedras.

O Brasil, é importante situar novamente, não é um produtor de cocaína. O produto que circula no país é importado de vizinhos como Bolívia, Colômbia e Peru, e chega ao território nacional por rotas que passam pelas fronteiras com Acre, Roraima, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e oeste paulista, regiões a partir das quais a coca e as pedras são distribuídas para outros lugares, principalmente para as periferias de grandes cidades.

Contudo, também é importante notar que nos últimos anos, com a expansão do comércio do crack e do oxi, os traficantes brasileiros passaram a importar não mais os produtos acabados - pó e pedra -, mas sim a matéria-prima, aumentando a rentabilidade de seus negócios e diminuindo os riscos de apreensão, afinal, é muito mais fácil transportar de maneira sigilosa a pasta-base.

Não por acaso, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) e o Relatório Mundial de Drogas, divulgado pelo Escritório sobre Drogas e Crime da

Organização das Nações Unidas⁸⁹, apontaram tanto para o crescimento do cultivo e da produção de coca no Peru e na Bolívia, quanto para a queda no preço da matéria-prima para exportação, tornando cada vez mais vantajoso a importação de pasta base pelos traficantes.

Evidencia disto é que em 2009 o número de quilogramas de pasta apreendidos no Brasil cresceu mais de três vezes, chegando a mais de uma tonelada. E, por mais que o número de material apreendido tenha crescido, sua importação ainda vale muito a pena, visto que a partir de um quilograma de pasta base podem ser produzidas entre 12 a 15 mil pedras de crack, feitas em laboratórios clandestinos espalhados ao redor do país.

Nesse sentido, existe um deslocamento importante para o tráfico nacional e internacional: não só o Brasil deixou de ser apenas um país atravessador, como tornou-se um país produtor de drogas, o que é um dado importante, haja visto as mudanças nas rotas internacionais de tráfico e a mudança nos tipos de drogas que estão sendo consumidas ao redor do mundo⁹⁰.

⁸⁹ Disponível em <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/06/26-world-drug-report-notes-stability-in-use-of-traditional-drugs-and-points-to-alarming-rise-in-new-psychoactive-substances.html>. Consultado em 01/02/2014.

⁹⁰ Conferir o último Relatório Mundial de Drogas. Disponível em <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/06/26-world-drug-report-2014.html>. Consultado em 03/07/2014.

Sulcos

A esta altura creio que já está claro o fato de que as soluções propostas pelo poder público para a crackolândia e para a questão do crack em São Paulo foram sempre atravessadas ou por programas urbanísticos ou por operações policiais, desfavorecendo programas desenvolvidos no âmbito da saúde e da assistência, os quais, diga-se de passagem, têm sofrido consideráveis retrocessos graças à desarticulação entre estas áreas.

A exemplo disso é possível citar a implantação, em meados de 12 de janeiro de 2014, do sensato programa De Braços Abertos⁹¹, que gerou desconforto e desavenças entre a gestão do prefeito Fernando Haddad e o governo do estado, graças à ação iniciada cerca de três semanas depois, em 23 de janeiro de 2014, pelo Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (DENARC) no cracódromo.

Sem qualquer comunicação com a prefeitura e a Polícia Militar, o DENARC desenvolveu uma ação⁹² violenta com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, tiros de bala de borracha e prisões, provocando correria e desespero entre os usuários de

⁹¹ Não vou me alongar na discussão do programa pelo fato de ele ter sido iniciado já ao fim deste trabalho, merecendo reflexões mais parcimoniosas no futuro. De todo modo, me parece que a uma primeira vista esta nova iniciativa da prefeitura demonstra uma postura inovadora, com um cuidado maior e mais realista em sua preparação e implantação, partindo do princípio do "resgate social dos usuários de crack a partir do trabalho remunerado, alimentação e moradia digna", tendo uma diretriz de intervenção não violenta. Todavia, ainda persistem dois problemas básicos, a inexistência de treinamento dos funcionários para trabalharem com o paradigma da redução de danos, bem como a falta de pessoal para lidar com os atuais e futuros participantes do programa. Para mais informações sobre o programa, vide texto lançado pela prefeitura abordando o histórico, as ações e uma avaliação do programa após cinco meses. Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3377>. Para outras informações vide <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2270#ad-image-0>; <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/haddad-diz-que-53-usuarios-tentam-largar-crack-apos-bracos-abertos.html>; <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/programa-bracos-abertos-reduz-consumo-de-crack-em-70.html>; <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3378#ad-image-0>. Para uma contraposição, ver <http://blogs.estadao.com.br/sp-no-diva/a-saude-pode-afundar-o-prjeto-diz-mentor-do-de-bracos-abertos/>.

⁹² Vide <http://mais.uol.com.br/view/jinmcnm98vmk/secretario-presente-em-acao-na-crackolandia-diz-que-bomba-causou-desespero-04020E9B3470CCC14326?types=A&>. Consultado em 30/06/2014.

drogas, moradores, comerciantes e transeuntes da região, além de jornalistas, agentes da Secretaria de Saúde e Assistência Social e outros funcionários e servidores da prefeitura, inclusive o secretário de Segurança Urbana, Roberto Porto, e integrantes do jornal Estado de São Paulo, da guarda civil e da Polícia Militar, que também estavam em trabalho na cracolândia.

Nem é preciso dizer que a operação do DENARC prejudicou as poucas iniciativas de articulação entre estas áreas, causando principalmente problemas de confiança entre os usuários e todos aqueles que com eles trabalham, mantendo toda uma tradição do poder público de realizar operações mediatizadas e performances policiais na cracolândia.

Com a Operação Sufoco (2012), não foi diferente. Entretanto, seu fracasso gerou efeitos singulares na sociedade que, encabeçada por defensores e promotores públicos, promoveu a denúncia dos abusos praticados pelas forças policiais, explicitando as incoerências e a falta de coordenação das ações policiais ao longo da operação (Rui, 2013).

Em 12 de junho de 2012 promotores do Ministério Público de São Paulo moveram uma ação⁹³ contra o Governo do Estado de São Paulo, criticando a ineficiência e a truculência da Operação Sufoco, que apesar de todo seu caráter de espetáculo e da divulgação de seu "balanço" - que contava com xoxos números relacionados ao número de presos, de usuários encaminhados para serviços de saúde e assistência e de números de apreensões de drogas e objetos suspeitos - não cumpriu com seus objetivos e pretensões, principalmente os declarados pela PM: quebra de logística do tráfico e busca por tratamento pela promoção de dor e sofrimento.

⁹³ Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2012/junho_2012/acp%20cracol%C3%A2ncia%20-%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%20-%2030%20maio.pdf. Consultado em 08/07/2014.

Até então, e apesar do desdém do governo do Estado⁹⁴ com relação à ação do Ministério Público e à liminar concedida pelo Judiciário⁹⁵, era desconhecido e completamente inesperado um desdobramento como este, ainda mais se levarmos em conta que foi no cenário da crackolândia e envolvendo toda uma variedade de sujeitos tidos como indesejáveis.

Portanto, uma ação civil pública voltada contra o próprio Estado, em um cenário de guerra às drogas e de desrespeito à uma população alvejada cotidianamente com as mais diversas violências e preconceitos, não é nada mais, nada menos do que um acontecimento que, como bem mostrou Foucault, trata de fazer emergir um conjunto de condições que tornam um discurso possível, colocando em jogo todo um outro conjunto de regras que compõe as condições para que um discurso possa aparecer.

Neste sentido, uma infinidade de processos, temas, discussões e questionamentos relacionados à desterritorialização dos usuários de crack pela cidade, às internações compulsórias, ao tratamento médico dos usuários de drogas, aos direitos humanos dos usuários frente à violência policial e estatal, aos problemas de confiança entre *população em situação de rua* e órgãos e secretarias da prefeitura e do estado, às funções e obrigações do estado, do Ministério Público e da polícia, a relação de nossa sociedade com as drogas e etc, tornaram-se não só possíveis, mas também desejadas e fomentadas por parte da sociedade.

Assim sendo, é possível dizer que a ação do Ministério Público iniciou um novo tipo de pressão: a pressão por direitos na crackolândia, algo que obviamente é inédito na sua história, concretizando a ideia de que os *crackeiros* têm direito a ter direitos (Rui, 2013).

⁹⁴ Ver <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/07/nao-mudara-nada-na-atuacao-da-pm-diz-secretaria-de-seguranca/>. Consultado em 09/07/2014.

⁹⁵ Ver <http://www.horadopovo.com.br/2012/08Ago/3079-03-08-2012/P4/pag4f.htm>. Consultado em 09/07/2014.

Pressão essa que indica também a abertura de todo um novo campo de relações que se situa entre o redimensionamento do direito e da clínica, e a explícita necessidade de projetos de acolhimento, assistência e atenção, produzindo - como bem apontou Rui (2013) -, um novo tipo de sujeito de direitos: *o dependente químico em situação de rua*.

Em conjunção com esta proposta, há alguns anos algumas poucas e tímidas tentativas foram feitas pela prefeitura de São Paulo, a exemplo do projeto Centro Legal⁹⁶, que buscou oferecer cuidados à essa população a partir da articulação e atuação conjunta da saúde e da assistência social, visando encaminhamentos para a rede de serviços de saúde que, na prática, não possuía - como não possui - vagas suficientes.

As dificuldades também esbarraram na incapacidade de articulação entre as secretarias, na inexistência de órgãos de saúde especializados em dependência química em tempo integral e, fundamentalmente, na indiferença e falta de apoio da própria prefeitura.

Em março de 2012, pouco depois da Operação Sufoco, foi inaugurado o Complexo Prates, espaço localizado na Rua Prates e vizinho da cracolândia, que articulava - ineditamente - saúde e assistência, funcionando 24 horas por dia e oferecendo 1.200 atendimentos diários.

Todavia, a realização da operação às vésperas da inauguração do complexo atropelou suas expectativas e os esforços ligados à sua criação, o que prejudicou mais ainda a rede de serviços existentes e seu efetivo, que não tiveram meios para atender aqueles que por desventura buscaram atendimento ou abrigo.

Ainda assim, integrando ações de diversas esferas - Prefeitura de São Paulo, Estado de São Paulo e Governo Federal -, o complexo oferece além de Assistência Médica Ambulatorial 24 horas: Centro de Acolhida para homens adultos, Centro de

⁹⁶ Cf. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/saudemental/AcaoIntegradaCentroLegal.PDF>. Consultado em 08/07/2014.

Convivência para homens e mulheres, Centro de Atenção Psicossocial III Álcool e Drogas (CAPS III AD) e Serviço de Acolhimento Institucional para *Criança e Adolescente* (SAICA).

Buscando enveredar por um novo conceito e um novo paradigma sobre as drogas - todos ainda em construção -, parte do poder público, mesmo que debilmente, se esforçou nos últimos três anos para estar no rastro das medidas *progressistas* trazidas pelas reformas sanitária e psiquiátrica.

É preciso reforçar que a recorrente ideia de tratamento do usuário de drogas centrada na internação do *viciado* e na abstinência do produto, ideia essa corroborada por uma infinidade de médicos e funcionários da rede saúde, pressupõe toscamente que na problemática da droga existe apenas dois lados: a causa (droga) e a solução (abstinência).

Além de simplista, é uma perspectiva que desconsidera toda a diversidade de modos de intervenção que surgiram nos últimos anos. Neste sentido, é importante situar o surgimento de propostas sensatas, como a do CAPS AD, que prioriza o atendimento ambulatorial dos usuários, integrando-os às suas comunidades de origem e à rede de saúde como um todo, deslocando o eixo da questão da substância para os consumidores e levando em consideração não só o caráter danoso de uma droga, mas também todas as condições históricas, políticas, subjetivas, somáticas, econômicas, biológicas, sociais e culturais que atravessam e formam o usuário.

A partir desta abordagem não é difícil perceber a importância do ambiente de exclusão de onde vêm a maioria dos indivíduos categorizados como *viciados*, assim como a maneira como isto influencia na escolha da droga que utiliza, no seu ritmo e no seu padrão de consumo.

Contudo, tanto minhas observações e experiências em campo, quanto tantas outras pesquisas (MacRae *et al*, 2013), mostram que tem sido cada vez mais comum a existência de usuários que, após um período inicial de uso compulsivo, reorganizaram sua vida, fazendo uso controlado do crack por mais de dez ou quinze anos, estabelecendo diferentes relações e padrões de uso da substância.

Ao dobrarem-na aos seus fins e ao promoverem o seu uso instrumental, tais sujeitos afastam o estigma e as afirmações catastróficas de que todo usuário perde as rédeas e a organização de sua vida, que todo usuário se consome em poucos meses, de que o crack é uma droga que sequestra a subjetividade e o corpo já no primeiro contato.

De forma que encontrar indivíduos que fazem uso flutuante da droga, alternando consumo frenético, consumo moderado e interrupções sem que sofram de completa sujeição ou que vivam na iminência da morte não é nada mitológico, assim como vemos com outras substâncias como álcool, tabaco e medicamentos vários.

É possível inclusive observar a criação, pelos próprios usuários e traficantes, de hierarquias⁹⁷ entre si, contando comumente com ao menos cinco categorias: a do traficante de profissão e de carreira, a do traficante e usuário ocasional, a do consumidor iniciante e compulsivo, a do consumidor *estragado* - gíria utilizada pelos usuários mais experientes e que por diversos motivos não foram afetados pelas sequelas do uso da droga - e a do usuário.

Sendo esta última a categoria mais interessante, pois é o usuário quem desenvolve uma série de estratégias para regular o uso da substância, não inviabilizando suas atividades laborais, comumente relacionadas a pequenos bicos como guardar de carros, catador e reciclador materiais, à prostituição, a pequenos furtos e roubos e a traficar pequenas quantidades de droga.

⁹⁷ Rui (2012) faz uma sagaz análise sobre os cachimbos utilizados pelos usuários de crack, responsáveis por marcar hierarquias e diferenciações internas entre os próprios consumidores.

Atividades que, ainda que desviantes, significam status e respeito em seu meio, permitindo a sobrevivência e o sustento do usuário, que passa a utilizar o crack não só como passatempo, como atividade *recreativa*, mas como estimulante para suportar o trabalho, geralmente por prolongadas jornadas.

Além disso, como mostra Malheiros (2010), a droga também é utilizada como estratégia de redução de danos para a fome, inibindo tal sensação - uma constante no cotidiano desta população -, e como gatilho para o apetite e o sono, em caso de uso do pitilho - mistura entre maconha e crack -, permitidos ao usuário quando este possui tempo e dinheiro para descansar e comer.

Nega-se, portanto, toda a tipificação esdrúxula que aposta na incapacidade de autogoverno e de autocontrole dos usuários, estereotipando-os e desqualificando-os como seres irremediavelmente sujeitados às exigências da droga⁹⁸.

Muito distantes disso, desenvolvem todo um saber sobre o crack, criam técnicas de preparo e consumo e instituem, entre si mesmos, toda uma série de controles informais sobre o seu uso, configurando uma cultura própria da droga que foge ao conhecimento de assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, médicos, policiais, jornalistas, políticos, advogados e etc. Cultura esta que envolve estratégias protetoras que promovem um uso mais positivo e seguro do crack e que configura valores, estruturas e estilos de vida próprios aos usuários.

Deste modo, para que sejam desenvolvidas políticas sociais e de redução de danos eficientes, é mais do que iminente a necessidade de ouvir os próprios usuários, a exemplo do que foi feito pelo Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP), no início dos anos 1970 na França.

⁹⁸ Vale notar que o próprio consumo da droga abarca uma série de posturas éticas, a exemplo da proibição - por parte dos próprios usuários - de fumar a pedra na frente de *anjos*, ou seja, de crianças. Ver <http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/32599/Usu%C3%A1rios+de+drogas+da+cracol%C3%A2ndia+seguem+c%C3%B3digo+de+conduta>. Consultado em 02/02/2014.

O GIP foi formado por Michel Foucault, Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet, contou com o apoio e a colaboração de diversas grandes figuras como Gilles Deleuze, Daniel Defert e outros tantos pensadores, magistrados, advogados, jornalistas, médicos e psicólogos, insistindo sobre uma experiência coletiva de pensamento pela mobilização de intelectuais específicos - magistrados, médicos, assistentes sociais - para desembaraçá-los da compartimentagem de conhecimentos a que foram submetidos.

O GIP buscou criar condições para que os prisioneiros comuns tivessem expressão e pudessem falar por si mesmos, sem intermediários, cunhando uma nova forma de relação com "uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida" (Foucault, 2006a: 3), onde não mais *fala-se por*, mas criam-se as possibilidades para que os que não tem voz possam falar.

Nas palavras do próprio grupo: "propomo-nos a fazer saber o que é a prisão: quem entra nela, como e porque se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, o controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu." (*Idem*: 3)

Neste sentido, e recuperando a proposta do GIP, para podermos desenvolver políticas responsáveis e maduras *para* e *com* os usuários - bem como com aqueles que trabalham diretamente com eles - é preciso ouvi-los, saber de suas experiências, expectativas e desgostos, dando voz seja ao impensável, seja ao intolerável.

Creio que deste modo há de se conseguir informações que jamais serão encontradas nos relatórios oficiais, para, assim, distanciar-se de perspectivas reformistas e idealistas, fazendo conhecer a realidade e possibilitando a criação de uma política madura e consciente sobre drogas, onde os meios institucionais atuam apenas como

caixa de ressonância e amplificação das reais necessidades e problemáticas que devem ser enfrentadas.

Limiares

O que vem se configurando como questão é o problema da gestão estratégica de populações, mais precisamente da contenção e do controle de populações indesejáveis, populações estas que podem, ou não, ser recuperadas.

Um primeiro movimento diz respeito precisamente à gestão das vidas recuperáveis, vidas estas que almejam estar *do outro lado*, vidas que são passíveis de reinserção na sociedade e que podem *contribuir* para o mundo.

Mas *contribuir* como? Bom, consumindo, obedecendo, controlando, conservando, governando, enfim, sustentando diversos fatores de segregação e hierarquização do corpo social e, o mais essencial, garantindo a manutenção de relações de poder e de dominação⁹⁹.

Vidas que, ao *adentrarem* o mundo dos direitos, vão existir na sociedade na mesma medida em que puderem consumir saberes, verdades, discursos e bugigangas: de tênis camaleônicos, adornos extravagantes e roupas de grife à carros rebaixados e insufilmados, recheados de cornetas, subwoofers e outros acessórios, sonhos hollywoodianos e mulheres de revista.

Esses indivíduos, agora desejáveis, tornam-se o homem empresa que se disseminou pelas democracias de consumo, transformando-se em capital humano a ser recrutado pelos piores salários, pelos piores empregos, pelas *oportunidades* oferecidas a

⁹⁹ Impossível não lembrar do famoso escrito de Pierre-Joseph Proudhon em *Idée generale de la révolution au XIX siècle* sobre ser governado: "Ser governado significa ser vigiado, inspecionado, espiado, dirigido, valorado, pesado, censurado, por pessoas que não têm o título, nem a ciência, nem a virtude. Ser governado significa, por cada operação, cada movimento, cada transação, ser anotado, registrado, listado, tarifado, carimbado, apontado, coisificado, patenteado, licenciado, autorizado, apostrofado, castigado, impedido, reformado, alinhado, corrigido. Significa, sob o pretexto da autoridade pública, e sob o pretexto do interesse geral, ser amestrado, esquadrihado, explorado, mistificado, roubado; ao menor sinal de resistência, ou a primeira palavra de protesto, ser preso, multado, mutilado, vilipendiado, humilhado, golpeado, reduzido ao mínimo sopro de vida, desarmado, encarcerado, fuzilado, metralhado, condenado, deportado, vendido, traído e como se isso não fosse suficiente, desarmado, ridicularizado, ultrajado, burlado. Isto é o governo, esta é a sua justiça, esta é a sua moral."

torto e a direito por programas de trabalho esdrúxulos e por todo um circuito de educação que lhes permite ser *mais um*.

Não por acaso, cada vez mais o governo da população se dá sobre uma massa normalizável, segmentada e diferenciada enquanto público de consumidores de bens materiais e imateriais: informação, conhecimento, comunicação, cultura, afetividade, religiosidade, patologias, distúrbios, transtornos, afetos, desejos e etc¹⁰⁰.

De modo que hoje temos tecnologias políticas (in)dividualizantes, como as políticas de redução de danos e de direitos humanos que, perpassadas pela governamentalidade neoliberal, buscam inserir o consumidor de drogas na sociedade, acomodando-o na condição de *normal* e proporcionando um deslocamento da criminalização do consumo de drogas para a captura dos usuários como capital humano, de maneira que a própria produção de um novo tipo de sujeito de direitos - *o dependente químico em situação de rua* (Rui, 2012), alvo das políticas de redução de danos e de direitos humanos -, implica na forma(ta)ção de sujeitos dóceis e úteis, inseridos em um fluxo do qual são o próprio produto, o que apenas consolida e garante seus componentes políticos, econômicos e, sobretudo, morais.

Ainda no âmbito do tratamento e da recuperação dos infames, há de se perceber o papel cada vez maior das instituições religiosas, em especial das igrejas evangélicas, protestantes e pentecostais, que atuam na conversão de usuários de crack como forma de cura para a dependência química, indo além dos enunciados da saúde e da segurança pública, ainda mais se o assunto for relacionado à internação de dependentes químicos nas chamadas Comunidades Terapêuticas e sua submissão à terapias de fé.

¹⁰⁰ A exemplo da doidice que é haver um barraco inspirado na forma de um castelo da Disney na própria cracolândia, construído por um catador para suas filhas. <https://catracalivre.com.br/geral/muito-mais-sao-paulo/indicacao/castelona-cracolandia-pode-ser-derrubado-por-cao-da-copa/>. Consultado em 11/06/2014.

Cerne de muitas políticas sociais e favorecida por vultuosos recursos públicos, a relação religião-Estado, a propósito do combate ao crack e outras drogas no contexto nacional e internacional, favorece a produção de uma perspectiva político-religiosa de governo de almas (Fromm, 2014), corpos e subjetividades, realçando mecanismos de inclusão social por meio do associativismo religioso (Cortês, 2007), por onde circulam benefícios diversos que promovem a integração social, cultural e econômica de seus membros, bem como a minimização de suas carências e a possibilidade de resolução de seus problemas e dúvidas.

Neste sentido, no atual cenário de miséria, espaços como favelas, periferias e cracolândias tornam-se território de disputas por tecnologias e dispositivos de governo que gerem ilegalismos, mercados (imobiliário), segurança pública, saúde, assistência social, religião e fé, movimentando distintos discursos, saberes, instituições e sujeitos.

Em um segundo movimento existe a problemática da gestão de populações irrecuperáveis e ingovernáveis, questão que mais me interessa e que vem se tornando cada vez menos um fenômeno individual, atingindo proporções de um fenômeno de massa que Estados e organizações - humanitárias ou não - são incapazes não só de resolver, mas de enfrentar de maneira sensível e responsável¹⁰¹.

Toda essa tendência global extrapola o espaço da cracolândia e a discussão em torno do crack, elevando a problemática a nível mundial e aguçando a crise do vínculo entre Estado-nação-população-território, evidenciada pela presença cada vez mais constante de populações formadas por *mendigos, menores, drogados*, migrantes ilegais

¹⁰¹ A respeito disso, ver a brilhante ação promovida em 2013 na cidade de Vancouver pela agência de publicidade canadense Spring Advertising: https://quemnova.catracalivre.com.br/2014/07/07/campanha-incentiva-moradores-de-rua-a-dormirem-em-pracas-publicas/?utm_source=feedly&utm_reader=feedly&utm_medium=rss&utm_campaign=campanha-incentiva-moradores-de-rua-a-dormirem-em-pracas-publicas. E também o divertido projeto Casa Futebol, desenvolvido pelos arquitetos franceses Axel de Stampa e Sylvian Macux: <https://quemnova.catracalivre.com.br/2014/07/19/projeto-frances-quer-transformar-estadios-da-copa-em-casas/>. Ambos consultados em 20/07/2014.

e *refugiados*, enfim, por toda uma população de infames composta por milhões que são, como salientou Deleuze (1992: 213), "pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento".

Descartados pelo sistema econômico - enquanto consumidores em potencial - e pelo sistema legal e político - enquanto cidadãos -, são identificados pela não conformidade às demandas do mercado e às ações governamentais, sendo categorizados como indivíduos e populações problemáticas e desviantes, como focos de perigo a serem combatidos.

Deste modo, todos aqueles que nascem e vivem nos limiares da sociedade legal, todos os que já foram condenados à *pena de vida* só por existirem no mundo, são banidos de grande parte dos contatos com o mundo público da cidadania, dos direitos e da democracia, ficando expostos à toda sorte de *riscos* sociais, políticos, ecológicos e biológicos.

Relegados ao trânsito entre o crime e instituições disciplinares, medicalizadoras e normalizadoras, configuram um circuito - previsível - que se dá entre a rua, os mocós, as cracolândias e tais espaços fechados como as prisões, as clínicas de saúde mental e de recuperação para dependentes químicos.

Neste circuito maldito suas relações com o mundo público se limitam à relação estabelecida com as forças repressivas dos poderes legais - Estado - ou paralegais - organizações criminosas e afins -, sempre submetidas à toda uma lógica de violência física, psicológica e simbólica que delimita as fronteiras da sociedade pura, limpa, livre e alva de todos aqueles que constituem qualquer espécie de perigo biológico, social, político e econômico.

Nesse sentido, a pobreza é a peste - não só na contemporaneidade - dos que não merecem viver, dos que podem e devem ser expostos ao abandono e à morte,

precisamente por não se enquadrarem, como mostrou Foucault (2008), dentro de um triângulo cujos vértices são a disciplina, a penalidade e a delinquência.

Assim sendo, tornou-se claro que a aplicação de uma tecnologia corretiva sobre tal população era - e é - inviável, o que torna esperado o deslocamento para tecnologias que propiciem a *administração* e a *gestão de riscos*.

De maneira que, se no passado observamos a criação de guetos, favelas, campos de abandono, campos de concentração e campos de extermínio como solução possível e viável, hoje certamente podemos dizer que, frente ao alastramento desta população ingovernável ao redor de todo mundo, nada mudou¹⁰², embora tal volume de *infames* - fruto de estados declarados de miséria e exclusão, associados à transformações no mercado do tráfico e do combate às drogas - tenha deixado de ser uma beirada nas estatísticas.

Inegavelmente há uma vasta fauna de desviantes que se prestam à toda uma economia geral das ilegalidades, como mostrou Foucault ao enunciar o dispositivo geminado que atrela prisão, justiça, polícia e delinquência. Todavia toda esta população está aquém e além da delinquência, não servindo de instrumento de controle e de pressão sobre a ilegalidade, sendo imprestável para a economia geral das ilegalidades praticada pelos Estados contemporâneos.

Passando a ser o principal efeito das políticas de austeridade que tem tomado o globo, os imensuráveis e ingovernáveis vêm colocando em xeque nosso próprio modelo de sociedade, assim como o próprio conceito deleuziano de sociedade de controle¹⁰³ e

¹⁰² Ver <http://www.simoesfilhoonline.com.br/2014/06/moradores-de-rua-retirados-de-salvadora-estao-sendo-deixados-em-Simoes-Filho-atade-Sao-Joao-e-Candeias.html?m=1>. Consultado em 02/06/2014.

¹⁰³ A utopia da sociedade de controle é justa e precisamente o controle ininterrupto, inescapável e impiedoso, no entanto, Deleuze (1992) já havia apontado para o fato de que o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas na contemporaneidade.

toda a nossa racionalidade política relacionada ao modo com que o poder esforçou-se para gerir populações desde o aparecimento da biopolítica.

Posto isto, a questão é: o que fazer com os infames? O que fazer com esta população que jamais será, em termos disciplinares, saudável, dócil e produtiva?

Evidenciando as próprias fronteiras do humano, situam-se em um singular ponto onde entrecruzam-se a regulação e o ordenamento da vida e da morte, tornando-se alvo tanto de políticas de segurança do Estado, sendo vigiada, reprimida, expulsa e controlada, quanto do *mundo do crime* (Feltran, 2008), que também presa pelo seu isolamento e expulsão.

Se tomarmos o crack novamente como exemplo, podemos ver como ele é um ponto de convergência de diversas regulações: proibido pela lei estatal, demonizado pelos religiosos e interditado por *organizações criminosas* nas cadeias do estado de São Paulo e nas favelas do Rio de Janeiro¹⁰⁴.

Tais posições, focadas em uma tecnologia que propicia a administração, demonstram uma transformação na própria tecnologia penal, promovendo um deslocamento da correção para a administração, preocupando-se não mais com a recuperação do indivíduo, mas com o controle e o gerenciamento de populações segregadas (Christie, 2000).

Nesse sentido, São Paulo desenvolveu dispositivos normativos únicos, promovendo a gestão destes infames a partir de uma tensão entre duas políticas distintas, porém complementares (Feltran, 2008): uma promovida pelo Estado, outra promovida pelo Primeiro Comando da Capital, sobre a qual vou me concentrar por agora.

¹⁰⁴ Em especial Manguinhos e Jacarezinho. Ver " Tráfico fixa cartazes no Jacarezinho proibindo venda de crack na favela", <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/trafico-fixa-cartazes-no-jacarezinho-proibindo-venda-de-crack-na-favela.html> e "Tráfico proíbe a venda de crack em favelas do Rio", <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/06/19/trafico-proibe-venda-de-crack-em-favelas-do-rio-451154.asp>.

Surgido na primeira metade da década de 1990 (Biondi, 2009), nasceu no seio da política de encarceramento em massa promovida pelo poder público e da disputa do interior das prisões por inúmeros bandos e facções, ganhando cada vez mais força por bradar pelo fim das opressões de um preso sobre o outro e a violência e humilhação do Estado que, vale lembrar, promoveu - e promove - não só recorrentes práticas de tortura, espancamentos e outras violências físicas e psicológicas, mas também - e fundamentalmente - o "Massacre do Carandiru", que resultou na morte de 111 presos em 1992.

Unindo-se para fazer frente ao Estado e evitar acontecimentos como estes, o PCC se estabeleceu nas prisões - e fora delas - criando duas orientações principais: a "paz entre ladrões" e a "guerra contra a polícia", regulando a relação entre os prisioneiros e atuando como instância representativa da população carcerária frente aos funcionários das prisões, criando uma legitimidade fundada na reivindicação de justiça no uso da violência e no estabelecimento de políticas amparadas na lei do *crime*, cuja normatividade o PCC reivindica representar.

Recrindo a relação estatal entre leis e *governo*, com a diferença de serem de fato centradas no respeito a todos, o "Partido" reivindica o monopólio legítimo do uso da força em seus territórios - dentro e fora da prisão -, implementando políticas de interdição do estupro, do homicídio e do desrespeito às regras de convívio nos presídios, dosando violência, negociação e convencimento e consolidando posições de autoridade e hegemonia seja no sistema carcerário paulista¹⁰⁵, seja em favelas, periferias e comunidades ao redor do estado.

Com o imperativo da "paz entre ladrões" e estabelecendo uma infinidade de punições intermediárias - advertências, espancamentos, expulsões, interdições, etc - o

¹⁰⁵ Vide aquilo que ficou conhecido como a "megarrebelião de 2001", quando o PCC "parou São Paulo" com sua "mega rebelião" e seus "ataques" pela cidade.

PCC passou a regular a morte em seus territórios, tornando-se, como mostra Feltran (2012), um agente relevante na construção dos argumentos de *evitação* do homicídio, sendo comum ouvir que em suas áreas “não pode mais matar”, visto que o poder de morte agora é submetido ao aval do “Comando”.

Juntamente com a política de encarceramento imposta pelo Estado¹⁰⁶, muitos pequenos traficantes de drogas, adolescentes e jovens armados e em guerra entre si foram ou retirados das *quebradas*, ou moralizados pelo discurso do PCC, promovendo uma transformação nas condutas criminais, dado que todos aqueles que fossem parar em um território prisional do PCC - e comumente param, dada a política do poder público -, seriam formados pelas *faculdades*¹⁰⁷, saindo de lá educados pela ética da bandeira branca¹⁰⁸ promovida pelo "Comando" e submetidos à "lei do crime", que julga e condena, reparando danos sofridos e evitando cadeias de vendeta e morte.

Com relação aos *nóias*, o *crime* também os têm como abjetos, como ameaça à boa ordem social do próprio *mundo do crime*, não permitindo seu acúmulo nas vielas e nas quebradas, expulsando-os para os fundos das favelas, para mocós, buracos e lugares em que não podem ser vistos, ou até mesmo para fora delas caso deem qualquer *mancada*.

Quando *vacilam* são *espirrados* e peregrinam para outras favelas onde geralmente vivem conhecidos, até que, já banidos de todas, dirigem-se para o centro da cidade. Nesse sentido, é possível dizer que a própria cracolândia responde à dinâmicas periféricas de expulsão de *nóias*, lembrando que sua expulsão por parte do *crime* é uma alternativa a matá-los e que não matar é parte das premissas do Comando na

¹⁰⁶ Os presos mais antigos dizem que as condições para cumprimento de pena melhoraram muito após o nascimento do PCC. Isto ajudaria a explicar o grande número de adesões que o PCC tem entre os prisioneiros. Mas sua força não seria a mesma sem a política de encarceramento em massa praticada pelo Governo do Estado e as condições de encarceramento dessa população.

¹⁰⁷ Modo como o Comando denomina as prisões.

¹⁰⁸ Apenas entre os ladrões, já que sua guerra não é mais entre si, mas contra o "sistema".

comunidade, com exceções pontuais depois de deliberações em debates promovidos pelo próprio PCC.

Entretanto, não é uma solução para o Estado, que torna a exilá-los para áreas periféricas, reiniciando o ciclo e até mesmo efetivando, por vezes, a morte - pelas mãos do Comando - do *presepeiro* que, *petulante*, tornou a circular pela quebrada.

O que também não é uma questão, visto que o que se configura enquanto problema é precisamente a vida nas ruas, e não a morte, dado que ela é uma solução mais do que aceitável, sobretudo pelo fato de que são os indesejáveis, os *sem valor* e os *inúteis para o mundo* que estão perecendo.

Aliás, atualmente é cada vez mais impossível distinguir entre a morte e o perecimento, entre morrer e ser liquidado, pois "ali onde o pensamento da morte foi realizado materialmente, ali onde a morte é 'vulgar, burocrática e cotidiana' (Levi), a morte e o morrer, o morrer e seus modos, a morte e a fabricação de cadáveres tornam-se indiferentes" (Agamben, 2008: 97-98).

Nesse sentido, é possível afirmar que o dispositivo de gestão da violência e da morte que se forma neste regime de funcionalidade entre Estado e *crime* é parte fundamental da nossa política contemporânea, colocando o biopoder em xeque, já que, de um lado, observamos o seu dever de fazer viver e, do outro, a iminente decisão sobre a vida matável.

Não é de surpreender, portanto, que o assassinato e o extermínio de milhares de indivíduos, populações, etnias e culturas, seja em estados declarados de guerra, seja em estados pacificados, são não só cada vez mais possíveis, como cada vez mais reais e cotidianos, anunciando os limiares da biopolítica, precisamente onde vem a se transformar em uma tanatopolítica.

Não é por acaso que Foucault se questionou: “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” (Foucault, 1999: 304)

É precisamente neste domínio que o racismo se insere, atuando como um corte entre o que deve viver e o que deve morrer, fragmentando todo o campo do qual o poder passou a se preocupar, permitindo estabelecer entre a minha vida e a morte do outro, a definição dos sujeitos que devem viver e dos que podem morrer, permitindo sua morte, no limite seu extermínio.

Enquanto função específica da tecnologia de poder biopolítico, o racismo configura-se, pois, como a condição de aceitabilidade de tirar a vida, como a condição para que se possa exercer o direito de matar, donde a função assassina do Estado só poder ser assegurada por ele.

Consequentemente, pode-se dizer que enquanto o poder ocupa-se em fazer viver, o racismo deixa morrer ao expor à morte, assegurando a sua função na economia da biopolítica.

Cabe salientar, no entanto, que, por mais que o ato de tirar a vida esteja inserido no embate matar-deixar morrer, o matar não se relaciona mais somente ao assassinio direto, relacionando-se também com tudo o que pode ser assassinio indireto - expor à morte, expor ao risco de morte, multiplicar para alguns o risco de morte - e com a morte política, seja por expulsão, por rejeição, por segregação, ou até mesmo por proteção por meio de dispositivos de exceção¹⁰⁹.

¹⁰⁹ A exemplo da recente aprovação do projeto de lei 175/2013 em 4/7/2014 pela Assembléia Legislativa de São Paulo. O projeto prevê a criação do "vagão rosa" no metrô de São Paulo, um vagão exclusivo para uso feminino, como medida contra a violência sexual sofrida pelas mulheres nos trens do metrô. Cf. <http://www.revistaforum.com.br/questao degenero/2014/07/11/entenda-por-que-o-vagao-feminino-nao-e-solucao/>

Desta forma, floresce um racismo interno, um racismo que possibilita filtrar todos os indivíduos, atuando como meio de defesa interna de uma sociedade contra seus anormais, capturando-os por meio de direitos que apenas reforçam sua condição de *outro*, sequestrando seus corpos visando sua medicalização e sua normalização, abandonando-os à morte ou isolando-os em áreas das cidades.

Desterro, pois, dos infames em locais isolados, muitas vezes inóspitos, ou seu internamento em asilos, hospícios, clínicas psiquiátricas, clínicas de desintoxicação, albergues e áreas de fora da cidade ou distantes do centro onde estão expostos ao calor, à chuva, à umidade, à falta de água e alimentos, à doenças várias e à recorrente inexistência de condições mínimas de higiene, moradia e salubridade.

Esta prática, diga-se de passagem, não é uma novidade no Brasil: Clevelândia prestou-se muito bem ao desterro de prisioneiros, inimigos ou indesejáveis ao Estado durante o governo de Arthur Bernardes (1922-1926).

A propósito, como aponta Romani (2003), “no Brasil, os campos de internamento, colônias penais, locais de degredo, ou seja qual for o termo usado para designar estas prisões, foram muito mais campos de “abandono” planejado, em que a morte dos lá confinados não era considerada um fato de maior relevância para os governantes” (Romani, 2003: 122).

Neste sentido, e dialogando com Agamben, “algo não pode mais funcionar nos mecanismos tradicionais (...) [sendo] o campo o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento - ou, antes, o sinal da impossibilidade do sistema de funcionar sem transformar-se em uma máquina letal” (2002: 182), posto que vemos operar diversas técnicas políticas que permitem tanto proteger a vida como autorizar seu aniquilamento pelo seu próprio bem, a exemplo das recentes intervenções e guerras - preventivas ou não - justificadas pelos motivos humanitários mais diversos.

Vãos

Entrar na cracolândia é diferente, introduzir-se no universo do cracódromo é de fato uma pedrada. Ninguém te pega pela mão e te leva até lá. Do mesmo jeito que quando você entra, nada mais funciona do modo como se está acostumado. Não dá pra funcionar com aquilo que já conhecemos. As referências são outras, as visões são outras, os cheiros são outros, os *approaches* são outros, as velocidades são outras, os léxicos são outros, enfim, todas as velhas garantias não são mais válidas.

Estar ali é se situar nos vãos entre o não ser ninguém e o ser um *parça*, entre o estar (in)quieto e o estar desamparado, entre a hostilidade e a simpatia, entre o estar alerta e o estar na *lombra*, entre o estar curioso, ao mesmo tempo que amedrontado.

Nesse sentido, este trabalho começou como tudo começa, com um *afeto*. Mantendo a ideia de uma escritura (Derrida, 2009) enxuta, a intenção era de criar uma *intensão* (Deleuze) - de intensidade - que pudesse introduzir o leitor ao maior número de informações e experiências possíveis da cracolândia - da sua história, da sua dinâmica, dos seus habitantes, das redes de crime e de violência policial, das relações com o Estado, etc - por meio de um tipo de diálogo, de um tipo de conversa que é própria do pedaço e que certamente adquire um tom consideravelmente distante da formalidade acadêmica, o que penso ser mais do que necessário dada a finitude tanto da própria linguagem, quanto da academia.

Existiria sim a possibilidade de colocar notas de rodapé explicando alguns trocadilhos, expressões e jogos de palavras, mas creio que da mesma maneira que a cracolândia tem um tanto de ininteligível e imponderável pra quem olha de fora, essa introdução possibilita manter esse estranhamento, o que acho importante, pois para começar a entender do que se trata o cracódromo não cabe um olhar de fora, é preciso

experienciá-lo, é preciso criar uma afetação e, se isso não acontecer, não há a franca possibilidade de contágio, diálogo ou enredamento.

As reais questões deste trabalho se situam nos seus vãos, entre seus platôs e nos seus interstícios. Não por acaso optei por uma metodologia cartográfica (Deleuze e Guattari), que permite mostrar no campo todo um jogo de forças.

Não se trata de uma escrita e de uma descrição exaustiva, como fariam muitos etnógrafos, mas de um esforço para mostrar forças em luta e arranjos de poder, alguns consolidados, outros que vazam a torto e a direito.

Assim sendo, cada capítulo visa expressar uma batalha específica, uma engrenagem específica, um arranjo específico situado em redes de lugares estratégicos, mostrando deslocamentos, sinuosidades, transversais, rastros, sulcos e limiares que atravessam todo a questão da cracolândia e que colocam a nossa política em questão.

Ao mostrar uma profusão de ações inócuas, há de se perceber que devemos tratar esta questão não só no âmbito da higienização e da especulação imobiliária, visto que a problemática se situa no interior de uma máquina muito mais complexa que extrapola inclusive o próprio crack e o próprio espaço da cracolândia.

De todo modo, demonstrar estas ações é importante, pois permite evidenciar uma dimensão outra do Estado e da política, mostrando como se apresentam perante estas pessoas que jamais tiveram escolha, que só tiveram como opção ou a rendição incondicional ou a exclusão.

Não à toa, só elas sabem o verdadeiro significado de "estar sozinho". Tudo que lhes ofereceram foi só a morte, simbólica ou política pouco importa, a morte em uma guerra que não escolheram participar (Christodoulou, 1972).

À sombra de um passado do qual não são culpados e no vislumbre de um futuro ainda mais terrível, sabem que o capitalismo vive de exclusão, de especulação, de

imolação e de segurança, que cada vez mais potencializam lucrativos negócios: a indústria bélica, a indústria química, o tráfico, as empresas e exércitos de segurança privada, a nova militarização de forças policiais ao redor do mundo, bancos e comércios para lavagem de dinheiro, narcobancadas, ong's, fundações, empréstimos entre traficantes, Estados e bancos e fundos monetários internacionais, etc.

Frente a um Estado que exerce o direito de matar, eliminar ou desqualificar, observamos uma nova dinâmica de exercício do poder, onde a morte tende a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder - econômico, micropolítico ou macropolítico - que a gere e a ordena em função de seus reclamos, evidenciando a multiplicação de um conjunto de diversos mecanismos políticos, econômicos, jurídicos, médicos e psicológicos que aproximam cada vez mais indivíduos e populações consideradas sem valor de todas as formas de morte, "desde aquelas colossais que nos rodeiam e nos esmagam, até aquelas formas pequenas que fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas" (Foucault, 1977: 4).

Com efeito, e tendo em vista esse mecanismo *normal* de governo que desenvolve-se em um projeto político-militar de guerra às drogas, faz-se necessário analisar este contexto no qual práticas de morte - diretas ou indiretas - são uma estratégia privilegiada que permite a criação de uma tensão singular entre fazer viver, fazer morrer e deixar morrer.

É impossível, pois, deixar de lado uma analítica desta governamentalidade que faz uso massivo e sistemático da morte como tecnologia de governo, inscrevendo-a não só em relações de guerra, mas também em um novo marco de racionalidade onde ela não assume mais a função de fim, mas de meio.

Isto é, a morte passa a não ser entendida como o resultado único e exclusivo da luta entre adversários, mas como uma prática de governo por meio da qual mata-se para

obter certos resultados sobre a população e a economia ou, em outras palavras, mata-se ora para conduzir a conduta da população, ora para conduzir a conduta de Estados, de governos ou de regimes.

De maneira que é possível afirmar que as práticas de morte respondem à necessidade de controle e governo da população, atuando especialmente quando a situação transborda os dispositivos disciplinares e de segurança.

Sendo que é neste preciso momento, no qual as tecnologias "positivas" tornam-se insuficientes e os dispositivos *normais* do poder não possuem condições suficientes para garantir determinadas categorias de aceitabilidade social, política e econômica, que são ativadas essas formas alternativas de controle social, econômico e político.

A ativação de práticas de morte não corresponde, portanto, somente a momentos de crise do sistema ou de iminência de alteração do sistema de normalidade. A tanatopolítica tem se constituído como uma tecnologia *normal* de governo na contemporaneidade, criando todo um regime político, econômico, institucional e de produção de verdades.

Vale notar como a morte e o extermínio em si permitiram também a criação de um mercado de proteção aos infames e aos desqualificados que vai do humanitarismo e da denúncia política às organizações humanitárias, sendo que todos são mantidos pela própria proliferação da *vida nua* que fundaram, que alimentam e que sustentam.

O que quero mostrar é que se não fosse o *sacer* (Agamben, 2002) certamente não haveria a nossa política. A morte é o signo pelo qual deve ser problematizada a política e a economia contemporânea, ela é o motor das instituições e da ordem e, na menor das suas engrenagens, faz surdamente a vida, sendo sua cifra mesma.

Neste sentido, uma linha de morte perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, alimentando o "paradoxo das sociedades pós-industriais

desenvolvidas: crescimento econômico aliado ao crescimento do desemprego, da exclusão e da indiferença políticas, bem como no cotidiano miserável das periferias das grandes cidades subdesenvolvidas, em que a impossibilidade de trabalhar e consumir leva milhares de seres humanos continuamente à miséria e à violência, o que por sua vez requer mais violência estatal para controlar o caos, em uma escalada interminável". (Duarte, 2010)

Desta forma, as práticas tanatopolíticas nas sociedades contemporâneas, e de maneira particular nas periferias e centros das grandes cidades, respondem à uma lógica de destruição - total ou parcial, simbólica e material - de determinadas relações que não se conformam com as dinâmicas políticas e econômicas, e à uma lógica de reorganização dessas relações em um novo modelo de funcionalidade, que dando um passo para além de uma análise estritamente biopolítica, reinscreve o *fazer morrer* e o *deixar morrer* no marco das tecnologias de poder.

Assim, quanto mais a política se transforma em técnica administrativa tecnicoburocratizada, tanto mais a tanatopolítica se afirma como sua consequência direta, de modo que a política contemporânea seria como uma fita de Möbius, onde exterior e interior são indiscerníveis, formando um *continuum* entre violência, política, economia e morte.

É precisamente a partir da análise e da problematização do funcionamento e da funcionalidade da tanatopolítica que é possível desenvolver cenários de desconstrução das práticas de morte e, como alertou Foucault em seu debate com Noam Chomsky: "se desejamos definir o perfil e a fórmula de nossa futura sociedade sem criticar todas as

formas de poder político que são exercidas em nossa sociedade, há o risco de elas se reconstituírem."¹¹⁰

E é precisamente nestes vãos onde se cria um terreno fértil para uma política que atreve-se a ir além dos sistemas políticos formais, esforçando-se em pensar a própria política como uma experimentação ativa, afinal, como salientou Deleuze (1998), não se sabe de antemão o que vai acontecer com uma linha.

Ressoando Kafka: “não vivemos num mundo destruído, vivemos num mundo transtornado. Tudo racha e estala como no equipamento de um veleiro” (Janoush, 2011), e a máquina crack é aquela que dá a ouvir tais pequenos sons: zunidos, rangidos, ruídos, estalos, ecos e alaridos.

¹¹⁰ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=SI67_az_RMg. Consultado em 28/05/2013.

Contágios | Referências

- ABDALLA, Guilherme. *O estado de exceção em Giorgio Agamben: contribuições ao estudo da relação direito e poder*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. *Homo sacer II: estado de exceção*. Tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Homo sacer III: o que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha*. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.
- _____. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução de Sônia Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 2001.
- _____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AUGUSTO, Acácio. *Política e polícia. Medidas de contenção de liberdade: modulações de encarceramento contra os jovens na sociedade de controle*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo atual (1935-1962)*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- _____. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- APPLEBAUM, Anne. *Gulag, uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. Tradução de Mário Vilela e Ibraíma Dafonte. São Paulo: Ediouro, 2004.
- AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: estudos da geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958. 4 v.
- BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BIONDI, Karina. *"Junto e Misturado": uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2010.
- BLAY, Eva Alterman. *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petropolis: Vozes, 1978.
- BRAVO, Otávio. *Repensando Loïc Wacquant: do estado social ao estado penal - o nazismo está de volta?* in Revista Direito. Direito, Estado e Sociedade. n.36. 2010.
- BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1981.
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano. *A vertigem dos venenos elegantes*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CAMPOS, Eudes. *Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana* in Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 11-57, jan./jun. 2005.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- CARNEIRO, Henrique. *História das Drogas e Bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a.
- _____. *Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.
- CARVALHO, Flávio de. *A Cidade do Homem Nu*. São Paulo: Museu de Arte Moderna, 2010.
- CASTRO, Leandro Muniz Barreto de. *A invenção da Cracolândia: um estudo sobre a construção de um consenso em torno da necessidade de uma obra de requalificação urbana em São Paulo*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- _____. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.
- CHRISTIE, Nils. *Crime control as Industry: towards gulags, western style?*. Nova Iorque: Routledge, 2000.
- CHRISTODOULOU, Dimitri. *De près suivi de confins*. Traduction par A. Liaropoulos. Monte Carlo: Poetes de Notre Temps, 1972.
- CORDEIRO, Simone Lucena (org). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- CORTÊS, Mariana. *O Bandido que virou 'Pregador'*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- COSTA, Daniel De Lucca Reis. *Morte e Vida nas Ruas de São Paulo*. Disponível em http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/i_enadir_2009/gts/papers/GT4/GT4%20Daniel%20De%20Lucca%20Reis%20Costa.pdf.
- CRISCIONE, Giacomo. *Las prácticas tanatopolíticas em los tiempos de la seguridad democrática (2002-2010). Aniquilamiento, disciplina y normalización*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.
- CUKIERMAN, Henrique Luiz. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ 2007.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974)*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. Revisão de tradução de Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escrita, 1998.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, volume 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- _____. *O que é a filosofia?*. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992b.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- DERTÔNIO, Hilário. *O bairro do Bom Retiro*. São Paulo: DPH, 1971.

- DIAS, Andréa Costa. *Crack: reflexões para abordar e enfrentar o problema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DROIT, Roger-Pol. *Michel Foucault, entrevistas*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Coordenação editorial de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2006.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ESCOHOTADO, Antonio. *História elementar das drogas*. Lisboa: Antígona, 2004.
- _____. *Historia general de las drogas*. Madrid: Alianza, 1998.
- ESPOSISTO, Roberto. *Bíos: biopolítica e filosofia*. Tradução de M. Freitas da Costa. Torino: Giulio Einaudei Editore, 2004.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo* in Caderno CRH. São Carlos: v. 23, no. 58, 2010.
- _____. *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo* in Caderno CRH. São Carlos: v. 23, no. 58, 2010.
- _____. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: IFCH/Unicamp.
- _____. *Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo da gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)* in Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo: v. 6, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A política de saúde no século XVIII* in *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.
- _____. *Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista* in ESCOBAR, Carlos Henrique de (Org.). *Dossiê Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.
- _____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- _____. *Outros espaços* in *Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema; Ditos e Escritos Volume III*, Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros Motta, Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.

- _____. *Direito de morte e poder sobre a vida* in *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Em Defesa da Sociedade*, Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Estratégia, Poder-Saber; Ditos e Escritos Volume IV*, Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros Motta, Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- _____. *Ética, Sexualidade, Política; Ditos e Escritos Volume V*, Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros Motta, Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- _____. *Microfísica do poder*, Organização e Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*, Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *O nascimento da medicina social* in *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.
- _____. *Repensar a Política; Ditos e Escritos Volume VI*, Organização e Seleção de Textos de Manoel Barros Motta, Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Segurança, Território, População*, Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008c.
- FRANCO, Marcelo. *Ciência e Filosofia: o niilismo em Nietzsche*. Disponível em <http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/educacao/educacao7-1.html>.
- FROMM, Deborah. *Deus e o Diabo na Terra do Crack: uma etnografia da "cosmopolítica" batista*. 2014. Monografia (Ciências Sociais). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *São Paulo : espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

- FRÚGOLI JR, Heitor e SPAGGIARI, Enrico. *Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Disponível em <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>.
- GERODETTI, João Emílio e Cornejo, Carlos. *A capital paulista nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris, 1999.
- GOMES, Bruno Ramos e ADORNO, Rubens. *Tornar-se "nóia": trajetória e sofrimento social nos "usos de crack" no centro de São Paulo* in Revista Etnográfica. Lisboa, v. 15, n. 3, 2011.
- GUATTARI, Félix, *Máquina Kafka*. São Paulo: n-1 publicações, 2011.
- GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro Samarao. *Centro Velho de São Paulo : 450 anos de história*. São Paulo: Scortecci, 2005.
- _____. *Luz*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo, 1977.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 1999.
- JANOUSH, Gustav. *Conversas com Kafka* apud Guattari, Félix, *Máquina Kafka*. São Paulo: n-1 publicações, 2011.
- JARDIM, Evandro Carlos; Musa, João; Mendes, Ricardo. *São Paulo anos 20, andar, vagar, perder-se*. São Paulo: Melhoramentos, 2003.
- JÁUREGUI, Jorge Mario. *Estrategias de articulación urbana*. Buenos Aires: Nobuko, 2012.
- JOANIDES, Hiroito de Moraes. *Boca do Lixo*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.
- JOSÉ, Beatriz Kara. *Políticas culturais e negócios urbanos. A instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2007.
- LABATE, Beatriz Caiuby et al. *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LEVY, Tatiana Salem. *A Experiência do Fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

- MACRAE, Edward et al. *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA/CETAD, 2013.
- MALHEIRO, Luana S. B. *Sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador*. 2010. Monografia (Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo 1554 a 1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MCALLISTER, William. *Drug Diplomacy in the Twentieth Century*. EUA: Routledge, 1999.
- MEDINA, Cremilda (Org.). *Paulicéia prometida*. São Paulo: ECA/USP, 1990.
- MELGAÇO, Lucas. *Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MERÇON, Juliana. *Foucault, Agamben e Deleuze: relações entre vida e política* in Trilhas Filosóficas. Caicó: Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação, v. 2, 2010.
- MEYER, Regina; Izzo Jr., Alcino. *Pólo Luz*. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.
- _____. *Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.
- MILONOPOULOS, Alexis. *Política e Extermínio: sob(re) a Luz*. 2010. Iniciação Científica (Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORAIS, Sérgio Pereira e Ramalho, Luiz Carlos. *Projeto Luz-Paulista: o estudo da destruição do centro de uma cidade*. São Paulo: Plêiade, 1998.
- MOSQUEIRA, Tatiana Meza. *Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: Projeto urbanos e estratégias de intervenção*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- NABAIS, Catarina Pombo. *A dobra Deleuze-Foucault*. Disponível em http://cfcul.fc.ul.pt/equipa/3_cfcul_elegiveis/catarina_nabais/A%20dobra%20deleuze-foucault.pdf.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

- _____. *Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVA, Luiz César. *A existência e a morte*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- OLIVEIRA, Marcia Ribeiro de. *Região da Luz*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1994.
- OLIVEIRA, Salete. *Intensidades abolicionistas e a cruel exposição da peste* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 6, 2004.
- _____. *Notas para a abolição dos campos de concentração e extermínio* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 7, 2005.
- _____. *Política e peste (crueldade, plano Beveridge e abolicionismo penal)*. 2001. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Das fuméries ao narcotráfico*. São Paulo: Educ, 1991.
- _____. *Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 12, 2007.
- PÉLBART, Peter Pál. *Vida Capital*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PONCIANO, Levino. *Bairros paulistanos de A a Z*. São Paulo: Senac, 2002.
- PORTO, Antônio Rodrigues. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Carthago & Forte, 1992.
- POULOPOULOS, Charalampos. *Economic crisis in Greece: risks and challenges for drug policy and strategy* in Drugs and Alcohol Today. EUA: v. 12, 2012.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens. *Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo* in Ciência & Saúde Coletiva. São Paulo: v. 16, n. 5, 2011.
- REIS, Nestor Goulart. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Prefeitura, 2004.
- RODRIGUES, Thiago. *Como pacificar o insuportável* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 2, 2002.
- _____. *Política de drogas e a lógica dos danos* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 3, 2003.

- _____. *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2004.
- ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2004.
- ROMANI, Carlo. *Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração?* in Verve, São Paulo, Nu-Sol, v. 4, 2003.
- RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- _____. *Depois da “Operação Sufoco”: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana* in FELTRAN, Gabriel e CUNHA, Neiva, *Dossiê Fronteiras Urbanas Contemporânea*. São Carlos: Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, n. 2, 2013.
- SACKREY, Charles. *The political economy of urban poverty*. EUA: W. W. Norton & Company, 1973.
- SALLES, Instituto Moreira. *São Paulo: 450 anos*. São Paulo: IMS, 2004.
- SÃO PAULO (estado). *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo de 1894*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1894, tomo 4.
- SÃO PAULO (município). Secretaria Municipal de Higiene e Saúde Pública. Secretaria Municipal de Cultura: *Memórias de Higiene e Saúde municipal*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985, p. 37-48.
- SASSEN, Saskia. *Globalization and its discontents*. New York: New Press, 1998.
- SEGAWA, Hugo. *São Paulo, veios e fluxos (1872-1954)* in *História da Cidade de São Paulo*, v.3: *a cidade na primeira metade do século XX*. Organização de Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SEQUEIRA, Vania Conselheiro. *Vidas abandonadas: crime, violência, prisão*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2011.
- SOLJENÍTSIN, Alexandre. *Arquipélago Goulag*. Tradução de Francisco A. Ferreira, Maria M. Llistó e José A. Seabra. São Paulo: Círculo do Livro, 1997.
- SOUKEF JR, Antonio e MAZZOCO, Maria Inês Dias. *Cem anos luz – A hundred light years*. Fotos de Eduardo Albarello Filho. São Paulo: Diaeto Latin American Documentary, 2000.
- SPOSATI, Aldaíza. *Mapa da exclusão, inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

- _____. *Que cidade é esta: São Paulo; exclusão e inclusão*. São Paulo: Nucleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistencia Social - NEPSAS/PUC-SP, 2000.
- STIRNER, Max. *O Único e Sua Propriedade*. Tradução de João Barrento. Lisboa (Portugal): Antígona, 2004.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- TÓTORA, Silvana. *Democracia e sociedade de controle* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 10, 2006.
- _____. *Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal* in Revista de Estudos Universitários. Sorocaba: UNISO, v. 37, n. 2, 2011.
- UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- VACCARO, Salvo. *Vigiar e expelir: bio-fronteiras da individuação e dispositivos de captura social* in Verve. São Paulo: Nu-Sol, v. 8, 2005.
- Vários Autores. *Casas e vilas operárias paulistanas (1880-1930)* in Informativo, São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, no. 19, 2008. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/index.html>.
- _____. *História da Cidade de São Paulo, v.2: a cidade no Império, 1823-1889*. Organização de Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *História da Cidade de São Paulo, v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. Organização de Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Hotéis paulistanos no século XIX* in Informativo, São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, no. 24, 2009. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/info/info24/index.html>.
- _____. *Regiões Luz e Bom Retiro* in Informativo, São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, no. 09, 2006. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/info/info09/index.html>.
- _____. *Salas de cinema da primeira época (1900-1930)* in Informativo, São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, no. 15, 2007. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/info/info15/index.html>.
- _____. *Um século de Luz*. Coleção “Mosaico: ensaios & documentos”. São Paulo: Editora Scipione, 2001.

- _____. *Verão em São Paulo: enchentes* in Informativo, São Paulo, Arquivo Histórico Municipal, no. 05, 2006. Disponível em <http://www.arquiamigos.org.br/info/info05/index.html>.
- VENÂNCIO, Renato e CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/Editora PUCMinas, 2005.
- VERAS, Maura Pardini Bicudo. *O bairro do Brás em São Paulo : um século de transformações no espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. 1991. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VERSIGNASSI, Alexandre. *Crash: uma breve história da economia: da Grécia antiga ao século XXI*. São Paulo: Leya, 2011.
- YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- ZOURABICHVILI, François. *Vocabulário de Deleuze*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/50483460/7/MAQUINA-DE-GUERRA-machine-de-guerre>.

Sites e links

- <http://www.folhapolitica.org/2014/06/bordeis-e-prostitutas-de-belo-horizonte.html?m=1>. Consultado em 05/06/2014.
- <http://www.folhapolitica.org/2014/03/brasil-cria-estado-de-excecao-para-copa.html?m=1>. Consultado em 31/03/2014.
- http://veja.abril.com.br/110106/p_088.html. Consultado em 11/01/2014.
- http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164. Acesso em 19/11/2013.
- <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sao-paulo-ganha-centro-de-monitoramento-contraviolencia,210802,0.htm>. Consultado em 16/01/2014.
- <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-praca-na-cracolandia-sera-revitalizada-e-tera-base-fixada-pm,04d11842de0a3410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Consultado em 17/01/2014.
- <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1402113-cameras-da-prefeitura-de-sp-registram-acao-da-policia-na-cracolandia.shtml>. 15/07/2014
- <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-faz-reintegracao-de-posse-de-predio-na-rua-santa-ifigenia,1528936>. Consultado em 15/07/2014.

- <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/surgimento-do-crack-aconteceu-nos-eua.aspx>. Consultado em 02/02/2012.
- <http://vistolidoouvido.blogspot.com.br/2010/02/cracolandia-24-anos-de-problemas-e-15.html>. Consultado em 07/02/2010.
- <http://www.jauregui.arq.br>. 02/07/2009
- <http://globo.com/rede-globo/sptv-1a-edicao/t/edicoes/v/menores-de-idade-bebem-e-fumam-maconha-em-plena-luz-do-dia-no-parque-do-ibirapuera/3234164/>. Consultado em 23/04/2014.
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u372221.shtml>. Consultado em 14/02/2008.
- <http://umhistoriador.wordpress.com/2012/08/12/politicas-higienistas-ocorrendo-a-todo-vapor-em-sao-paulo/>. Consultado em 12/08/2012.
- <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1206834-10406,00-CHUVA+ARTIFICIAL+E+SOLUCAO+PARA+AFASTAR+VICIADOS.html>. Consultado em 24/06/2009.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2606200915.htm>; <http://outraspalavras.net/destaques/arquitetura-hostil-as-cidades-contraseres-humanos/>. Consultado em 10/07/2014.
- <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/10/londres-enxota-sem-teto-com-pinos-na-calcada-sao-paulo-e-mais-profissional/>. Consultado em 10/07/2014.
- <http://www.campinas.sp.gov.br/toleranciazero/>. Consultado em 03/05/2013.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0704200517.htm>. Consultado em 08/03/2012.
- <http://semaismenemos.wordpress.com/2012/01/18/para-recordar-operacao-limpa-foi-acao-da-prefeitura-em-2005-para-dar-fim-a-cracolandia/>. Consultado em 18/06/2012.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1602200618.htm>. Consultado em 08/08/2012.
- <http://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2991789/plano-de-acao-integrada-centro-legal>. Consultado em 10/02/2013.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18571-em-nova-fase-acao-anticrack-dispersara-moradores-de-rua.shtml>. Consultado em 08/08/2012.
- <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-quer-acabar-com-cracolandia-pela-estrategia-de-dor-e-sofrimento,818643,0.htm>. Consultado em 14/08/2013.

- <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/01/um-ano-depois-operacao-na-cracolandia-coleciona-criticas-e-desrespeito-aos-direitos-humanos>. Consultado em 21/08/2013.
- <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pm-escolta-procissao--do-crack-no-1-fim-de-semana-de-ocupacao-do-centro,820171,0.htm>. Consultado em 13/06/2012.
- <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/ministerio-publico-quer-proibir-que-policia-realize-procissoes-do-crack-20120613.html>. Consultado em 13/06/2012.
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/18711-na-mao-de-deus.shtml>. Consultado em 10/06/2013.
- <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/menino-foge-de-agentes-da-pm-e-morre-atropelado-no-rj>, relacionado a um caso ocorrido em operação similar no Rio de Janeiro. Consultado em 10/06/2013.
- <http://flitparalisante.wordpress.com/2012/01/07/defensoria-publica-e-direitos-humanos-usuario-na-mao-de-deus-pm-massacra-craqueiros/>. Consultado em 11/06/2013.
- <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/06/precisamos-travar-uma-guerra-sem-do-nem-piedade-contr-o-crack-diz-lula.html>. Consultado em 22/10/2012.
- <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Publicacoes/cartilhas/32932.pdf>. Consultado em 02/02/2014.
- <http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/traficantes-de-drogas-iriam-comprar-submarino-e-montar-empresa-aerea.html>. Consultado em 23/05/2014.
- <http://discoverybrasil.uol.com.br/imagens/galleries/metodos-para-o-traffic-de-drogas/>. Consultado em 23/05/2014.
- <http://www.jcnet.com.br/Regional/2013/09/agentes-apreendem-receita-de-crack-em-cela-de-presidio.html>. Consultado em 19/03/2013.
- <http://noticias.terra.com.br/brasil/lula-guerra-contr-o-crack-deve-ser-39sem-do-e-sem-piedade39,047a4bc92690b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Consultado em 21/06/2012.
- <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/ap%C3%B3s-regula%C3%A7%C3%A3o-mortes-por-tr%C3%A1fico-de-drogas-chegam-a-zero-no-uruguai-1.856721>. Consultado em 10/07/2014.
- http://www.vice.com/en_uk/vice-news/sisa-cocaine-of-the-poor-full-length. Consultado em 09/06/2014.

- <http://www.vice.com/vice-news/siberia-krokodil-tears-full-length>. Consultada em 11/06/2014.
- http://www.vice.com/pt_br/read/drogas-e-tristeza-nos-guetos-verticais-de-glasgow. Consultado em 30/08/2013.
- http://www.vice.com/pt_br/read/criancas-do-esgoto. Consultado em 30/08/2013.
- <http://www.youtube.com/watch?v=w2FEPnY4rco>. Consultado em 23/06/2014.
- <https://www.youtube.com/watch?v=my0U1Lipeek>. Consultado em 23/06/2014.
- http://www.vice.com/pt_br/read/viciados-em-metanfetamina-continuam-pondo-fogo-em-si-mesmos. Consultado em 07/08/2013.
- http://www.iol.co.za/news/crime-courts/cheap-high-is-taking-families-down-1.1509616#.U8Xl_fldV8E. Consultado em 27/06/2014.
- <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sp-policia-faz-maior-apreensao-de-oxi-no-varejo-no-pais,ea18d80f85bda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Consultado em 29/06/2014.
- <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/06/26-world-drug-report-notes-stability-in-use-of-traditional-drugs-and-points-to-alarming-rise-in-new-psychoactive-substances.html>. Consultado em 01/02/2014.
- <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/06/26-world-drug-report-2014.html>. Consultado em 03/07/2014.
- <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3377>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2270#ad-image-0>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/haddad-diz-que-53-usuarios-tentam-largar-crack-apos-bracos-abertos.html>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/programa-bracos-abertos-reduz-consumo-de-crack-em-70.html>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/3378#ad-image-0>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://blogs.estadao.com.br/sp-no-diva/a-saude-pode-afundar-o-prjeto-diz-mentor-do-de-bracos-abertos/>. Consultado em 18/07/2014.
- <http://mais.uol.com.br/view/jinmcnm98vmk/secretario-presente-em-acao-na-cracolandia-diz-que-bomba-causou-deseespero-04020E9B3470CCC14326?types=A&>. Consultado em 30/06/2014.
- http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/

2012/junho_2012/acp%20cracol%C3%A2ncia%20-%20%C3%BAltima%20vers%C3%A3o%20-%2030%20maio.pdf. Consultado em 08/07/2014.

- <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/07/nao-mudara-nada-na-atuacao-da-pm-diz-secretaria-de-seguranca/>. Consultado em 09/07/2014.

- <http://www.horadopovo.com.br/2012/08Ago/3079-03-08-2012/P4/pag4f.htm>. Consultado em 09/07/2014.

- <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/saudemental/AcaoIntegradaCentroLegal.PDF>. Consultado em 08/07/2014.

- <http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/32599/Usu%C3%A1rios+de+drogas+da+cracol%C3%A2ndia+seguem+c%C3%B3digo+de+conduta>. Consultado em 02/02/2014.

- <https://catracalivre.com.br/geral/muito-mais-sao-paulo/indicacao/castelona-cracolandia-pode-ser-derrubado-por-cao-da-copa/>. Consultado em 11/06/2014.

- https://queminova.catracalivre.com.br/2014/07/07/campanha-incentiva-moradores-de-rua-a-dormirem-em-pracas-publicas/?utm_source=feedly&utm_reader=feedly&utm_medium=rss&utm_campaign=campanha-incentiva-moradores-de-rua-a-dormirem-em-pracas-publicas. Consultado em 20/07/2014.

- <https://queminova.catracalivre.com.br/2014/07/19/projeto-frances-quer-transformar-estadios-da-copa-em-casas/>. Consultado em 20/07/2014.

- <http://www.simoesfilhoonline.com.br/2014/06/moradores-de-rua-retirados-de-salvadores-aos-endos-deixados-em-Simoes-Filho-atade-Sao-Joao-e-Candeias.html?m=1>. Consultado em 02/06/2014.

- <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/trafico-fixa-cartazes-no-jacarezinho-proibindo-venda-de-crack-na-favela.html>. Consultado em 29/06/2013.

- <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/06/19/trafico-proibe-venda-de-crack-em-favelas-do-rio-451154.asp>. Consultado em 31/07/2013.

- <http://www.revistaforum.com.br/questao-de-genero/2014/07/11/entenda-por-que-o-vagao-feminino-nao-e-solucao/>. Consultado em 28/09/2013.

- https://www.youtube.com/watch?v=SI67_az_RMg. Consultado em 28/05/2013.

Documentos

- Brasil. Constituição Federal de 1988.
- Brasil. Decreto nº 40.898/01.
- Brasil. Decreto nº 42.142/02.
- Brasil. Decreto de nº 46.291.
- Brasil. Decreto nº 45.832/05.
- Brasil. Decreto nº 46.967/06.
- Brasil. Decreto nº 5.144.
- Brasil. Decreto nº 233.
- São Paulo. Decreto nº 40.898.
- São Paulo. Decreto nº 42.142.
- São Paulo. Decreto nº 46.967.
- São Paulo. Decreto nº 48.349.
- São Paulo. Lei nº 7.835/92.
- São Paulo. Lei nº 8.987/95.
- São Paulo. Lei nº 13.430/02.
- São Paulo. Lei nº 12.349/97.
- São Paulo. Lei nº 13.885/04.
- São Paulo. Lei nº 14.096.
- São Paulo. Lei nº 13.520/03.
- São Paulo. Lei nº 13.885.
- Brasil. Lei nº 14.096.
- Brasil. Lei nº 6.368.
- Brasil. Lei nº 8.072/90.
- Brasil. Lei nº 11.343.
- Brasil. Lei nº 175/2013.
- Código de Posturas do Município de São Paulo: 6 de outubro de 1886. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- Estatuto das Cidades, 2001.
- Lei de operações interligadas.
- Operação Urbana Centro.
- Plano Diretor Estratégico de São Paulo, 2002.
- Política Federal de Reabilitação para Áreas Centrais.

- Projeto Luz Cultural. Secretaria Estadual da Cultura.
- Projeto Monumenta.
- Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.
- Projeto Nova Luz: visões e diretrizes urbanísticas e Projeto Preliminar –Urbanístico e Zeis, disponíveis em www.novaluzsp.com.br.